

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. *Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

O ILUMINISMO COMO IDEOLOGIA

***Um estudo crítico de livros didáticos e propostas de
novas abordagens didático pedagógicas***

ALINE MARIA SILVA FRANCO

ALINE MARIA SILVA FRANCO

O ILUMINISMO COMO IDEOLOGIA

***Um estudo crítico de livros didáticos e propostas de
novas abordagens didático pedagógicas***

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação do Prof. Dr. Alcides Freire Ramos.

UBERLÂNDIA, Janeiro de 2005

FICHA CATALOGRÁFICA

Franco, Aline Maria Silva, 1979-
Iluminismo como ideologia
Aline Maria Silva Franco - Uberlândia, 2005
99. : il.
Orientador: Dr. Alcides Freire Ramos.
Monografia (Bacharelado) - Universidade Federal de Uberlândia, Curso
de Graduação em História.
Inclui bibliografia.
1. Iluminismo 2. Ideologia 3. Revolução.

ALINE MARIA SILVA FRANCO

O ILUMINISMO COMO IDEOLOGIA

***Um estudo crítico de livros didáticos e propostas de novas
abordagens didático pedagógicas***

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alcides Freire Ramos - Orientador

Prof. Ms. Sandra Rodart Araújo

Prof. Ms. Rodrigo de Freitas Costa

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio de várias pessoas.

Em primeiro lugar, gostaria de externar meus agradecimentos ao meu orientador Prof. Dr. Alcides Freire Ramos, pela disponibilidade e pelas contribuições feitas ao trabalho.

Aos professores da graduação, que me auxiliaram através das disciplinas ministradas e cujas discussões trouxe-me a inspiração para a realização dessa monografia.

Agradeço a alguns amigos especiais que oraram e me ajudaram efetivamente na conclusão deste trabalho, aos que torceram, para que esta monografia fosse concluída, aos meus familiares, pelo incentivo moral e financeiro.

Agradeço a Deus por me ajudar a cumprir a promessa que fiz. E, por fim, agradeço àqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta monografia.

RESUMO

O intuito desta monografia intitulada **O Iluminismo como Ideologia: Um estudo crítico de livros didáticos e propostas de novas abordagens didático pedagógicas** é verificar como o iluminismo está sendo apresentado nos livros didáticos, na França no período da Revolução Francesa. Observar se está sendo dado ao movimento das luzes a relevância merecida por uma ideologia. Este trabalho se encontra dividido em três capítulos.

O primeiro intitulado **O Iluminismo através dos livros didáticos** mostra qual a linha historiográfica adquirida pela maioria dos autores e também tem o intuito de apresentar que tipo de aprendizado e interesse ela suscita nos estudantes.

O segundo capítulo, **Outras visões do Iluminismo**, apresenta outras abordagens do tema oferecendo oportunidade ao professor de contrapor as visões e mostrar aos educandos outras formas de compreensão.

O Iluminismo e a arte, terceiro capítulo dessa monografia pretende mostrar as várias possibilidades de se compreender a ideologia iluminista através das artes. Propõe ainda a utilização das obras artísticas como fontes históricas para ampliar os mecanismos de aprendizagem dos alunos

Ao pensar as questões historiográficas da ideologia do Iluminismo na Revolução Francesa através dos livros didáticos, observa-se que a maioria dos autores mostram uma historiografia marxista e não oferece nenhuma outra visão da apresentada pela história tradicional, vê o iluminismo apenas como causa da Revolução, sem a preocupação em estudar a interpretação do mesmo pelos agentes históricos.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	
INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO 1: O ILUMINISMO ATRAVES DOS LIVROS DIDATICOS.....	14
CAPÍTULO 2: OUTRAS VISÕES DO ILUMINISMO.....	54
CAPÍTULO 3: O ILUMINISMO E A ARTE.....	76
CONCLUSÃO.....	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93
ANEXOS.....	96

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Johann Zoffany, *A Tribuna da Galeria Degli Uffizi*, 1772-1780, óleo sobre tela, 1,23x1,54m. Royal Colletion, Windson..... 78
- Figura 2 - Jean Honoré Fragonard, *O Balanço*, 1768, óleo sobre tela, 82x65cm, The Wallace Collection, Londres..... 80
- Figura 3 - Jacques Louis David, *As Sabinas*, 1798-1799, óleo sobre tela, 3,85x5,22m, Louvre Paris..... 82
- Figura 4 - Jacques Louis David, *A Morte de Marat*, 1793, óleo sobre tela, 1,65 x 1,28 m, Bruxelas, Reales Museos de Bellas Artes..... 83
- Figura 5 - Eugene Delacroix. *A Liberdade guiando o povo*, 1830, 260x325cm, Paris, Museu do Louvre..... 86
- Figura 6 - François Rudé, *A Partida dos Voluntários*, Place de l’Etoile, Paris..... 88

Introdução

A justificativa para o desenvolvimento do tema sobre como o Iluminismo é apresentado nos livros didáticos, recaí sobre a forma como os autores têm discutido o referido assunto e as maneiras que o utiliza, sem procurar aprofundar nas questões ideológicas que o tema suscita.

Acredita-se que as Revoluções Americana e Francesa determinaram um profundo abalo nas estruturas políticas de poder, mas estas têm recebido pouca relevância nos livros didáticos, sendo estudadas muito superficialmente. Uma nova visão dessas Revoluções só será realmente possível através da dissecação de suas várias partes, o que poderá ensejar uma síntese integralizadora final capaz de visualizar o importante evento, no que ele possui de mais caracteristicamente decisivo no cenário da evolução sócio-político. Assim, ao se falar dessas Revoluções não se dá a importância devida ao caráter ideológico que carregam em seu bojo, propondo assim, uma história estagnada e que pouco contribuiu para modificar o cenário global.

Neste sentido, ao pensar a questão do Iluminismo, como um objeto didático, e conseqüentemente a Revolução Francesa, acredita-se ser necessário apresentá-lo além de um simples sistema que possibilitou a luta de classes. Ao contrário, o Iluminismo se torna uma ideologia. Portanto, neste estudo, será privilegiado o Iluminismo, entendido como uma ideologia.

Para o encaminhamento do tema, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre ideologia, vista esta no plano conceitual. A ideologia é aqui considerada como o resultado de uma conjuntura. A evolução dos acontecimentos condiciona situações novas e delas surgem um sistema de idéias. Este engrena pontos de referências comuns que giram em torno de interesses de um grupo de homens, conduzindo-os a ação – ideologia – então para o nível das representações entranhadas em qualquer ação humana.

A ideologia é um pensamento sintético que os fatos sociais produzem em nós e que tenta por sua vez organizar estes fatos na unidade mais ou menos rigorosa de uma mesma visão. Portanto, no âmbito político, econômico e social a ideologia é sempre

uma tentativa de realizar uma visão de mundo claramente determinada, procurando objetivá-la com suas verdades na história.

Esta contém verdades remotas da visão do mundo, dentro de um esquema concreto do projeto que visa transformar a realidade social, política e econômica de um determinado grupo, ou sociedade. Trata-se, com efeito, da perspectiva de uma nova ordem antevista por uma concepção diferente que intenta explicar a transformação. Ocorre em virtude de inúmeros fatos e surge dali uma filosofia que irá justificar a nova ordem.

Em 1957 Georges Lefebvre observa com propriedade: “As idéias, sejam quais forem, mantêm sempre uma relação qualquer com a estrutura social do tempo”¹. O indivíduo, por mais genial que seja, não é imune ao meio, às ações ou acontecimentos. O grupo social leva-lhe seus “sistemas” de pensamento e de atividades e, muitas vezes, é impossível não absorvê-los. As reações individuais contribuem quase sempre, para dar uma coloração própria a este ou àquele movimento, mas a tônica vem da realidade social vivida e informa a mentalidade individual.

O estado de espírito, uma vontade comum, se transmite enfaticamente para certos elementos e daí um grupo emerge, fruto de uma situação e vai reagir graças a uma sensibilidade coletiva. Surgem em conseqüências às inovações almeçadas e às implantações objetivadas, compreendidas nos planos que revelam acontecimentos e mostram que as condições gerais de estrutura e conjuntura podem ser atingidas pelas ações de seres conscientes, que desejam uma mudança.

Hoje é elementar que as ciências humanas não possam teorizar, isto é, alhear-se da realidade concreta. As ações do homem são um acontecimento real. Quem debruça sobre a história deve ser intérprete dos atos humanos e dos fatores concretos que eles influenciam, pois o homem é ser que vive e faz história, ser consciente no mundo. Daí a sondagem filosófica da realidade da qual flui a ideologia que deve ser captada na concretude humana, junto à tarefa, ao trabalho, à preocupação e ao risco do homem.

Na crista dos acontecimentos do passado se emergem as possibilidades do futuro, não apenas possibilidades que é o porvir ante o Historiador, mas daquele que surge perante os personagens que dele se tornaram artífices, pessoas reais, agindo

¹ FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p 24

movidas por uma ideologia inconsciente, mas que se projeta nas atitudes e, sobretudo na palavra, a grande retentora do que se passa nas consciências críticas.

Neste sentido, aliando a conceituação de ideologia ao Iluminismo, observa-se que este pode ser concebido como um movimento cultural e intelectual que pretendia dominar pela razão a problemática total do homem. Ou seja, o prurido de liberdade gerado pelas circunstâncias de então, quando além do mais, a ciência natural obteve êxitos extraordinários, causou o endeusamento da razão, que se arvorou em pontificia de todas as questões.

Desde há quase duzentos anos, a história da Revolução nunca deixou de ser um relato sobre as origens, e, portanto, um discurso sobre a identidade. No século XIX essa história mal se distingue do acontecimento que está encarregada de retratar, pois o drama que começa em 1789 não parou de ser encenado, geração após geração, em torno dos mesmos alvos e dos mesmos símbolos, numa continuidade de lembranças transformada em objeto de culto ou de horror.²

Mas todas essas histórias, que se afrontam e que se dilaceram há duzentos anos em nome das origens desse afrontamento e deste dilaceramento têm na realidade um terreno comum: elas são histórias da identidade. O acontecimento continua sendo tão fundamental, tão tirânico na consciência política contemporânea, que qualquer “distância” intelectual tomada em reação a ele é imediatamente assimilada à hostilidade – como se a relação de identidade fosse inevitável, seja ela de filiação ou de rejeição.

O centro consolidador da filosofia iluminista foi a França, pois neste país a necessidade de mudança era maior do que na Inglaterra, onde nasceu o movimento. A sociedade francesa estava em fermentação e daí fluem inexoravelmente as novas idéias que se corporificam na Revolução de 1789. A crítica racionalista por sua vez afirmava uma liberdade sem ressalvas e taxava como intrinsecamente más as restrições à liberdade. Surge o ataque às instituições e a exigência de uma imediata reforma social.

O que se pretendia era a liberdade completa, a emancipação radical. Além dessa, pelo simples fato de exaltar a razão e marginalizar a fé o Iluminismo se coloca contra as estruturas vigentes, alicerçados no teocentrismo medieval. Assinala a Revolução de 1789 a inauguração de uma nova era, um período em que não se aceitaria mais a dominação da monarquia, nem um sistema de privilégios baseado nos critérios de casta,

² FURET, François. op.cit. p. 20.

determinado pelo nascimento. Só se admite, desde então, um governo que, legitimado constitucionalmente, é submetido ao controle do povo por meio de eleições periódicas. O lema da revolução, "Liberdade, Igualdade, Fraternidade" (*Liberté, Egalité, Fraternité*) universalizou-se, se tornando no transcorrer do século seguinte uma bandeira da humanidade inteira.

Ela foi fruto das idéias das luzes, difundidas pelos intelectuais e pensadores dos séculos XVII e XVIII, tais como John Locke, Montesquieu, Voltaire, Diderot, D'Holbach, D'Alémbert, J.J. Rousseau, Condorcet e o filósofo Emanuel Kant, que, em geral, asseguravam ser o homem vocacionado ao progresso e ao auto aperfeiçoamento ético. Para eles a ordem social não é divina, e sim construída pelos próprios homens, portanto sujeita a modificações, e a alterações substanciais. Era possível, segundo a maioria dos iluministas, por meio de um conjunto de reformas sócio-políticas, melhorar a situação jurídica e material de todos. O poder político, além de emanar do povo e em seu nome exercido, deveria, seguindo-se a sugestão de Locke e reafirmada por Montesquieu, ser submetido a uma divisão harmônica, para evitar a tentação do despotismo. Cada um desses poderes - o executivo, o legislativo e o judiciário - é autônomo e respeitador da independência dos demais. As prerrogativas individuais, em grande parte extraídas dos direitos naturais, não só devem ser respeitadas pelos governantes como garantidas por eles.

No discurso desses revolucionários, observa-se uma tentativa de aliciar todas as pessoas insatisfeitas com aquele regime, porém na prática essa participação política no poder de todos, acontecerá de forma muito segmentada e pouco ortodoxa. A divisão dos poderes será de forma a garantir a atuação política da aristocracia e da alta burguesia que subleva.

A partir deste panorama político em que está emerso o Iluminismo propomos apresentar esta monografia através de três capítulos, com o objetivo de indicar outras formas de se trabalhar o tema, suscitando no aluno o desejo de ir além daquilo que é apresentado no livro didático. Além de proporcionar ao aluno do ensino fundamental, aquilo que nos é apresentado na graduação, ou seja, várias formas de abordagens de um mesmo tema, nos dando a oportunidade de conhecermos a história, não em sua totalidade, mas obter dela outras respostas que não encontraríamos em apenas uma versão.

Mas apesar de qualquer história implicar uma escolha, em uma preferência na ordem dos interesses, não se segue daí que ela suponha uma opinião sobre o tema tratado. Para que isso aconteça, é preciso que esse tema mobilize no Historiador e em seu público uma capacidade de identificação política ou religiosa que tenha sobrevivido ao tempo que passou.³

Neste sentido, observando o papel que o autor atribui ao Historiador, acreditamos que ao se escrever sobre um determinado tema faz-se necessário colocarmos para o nosso leitor todo o nosso desejo do saber, ou seja, não podemos escrever sobre um determinado assunto, nos pautando apenas nas normas técnicas, ou coisas do gênero, antes disso precisamos suscitar em nosso leitor o desejo de saber mais sobre aquilo que foi escrito, faz-se mister provocar o outro, invocando-lhe a curiosidade, à vontade de ir além, ou até mesmo de contradizer o que foi dito, ou a forma com que foi dito. É papel do Historiador, portanto, fazer com que o outro se identifique com sua obra, ou até mesmo critique, mas tendo como pressuposto aquilo que foi pesquisado pelo Historiador.

Observa-se nos livros didáticos direcionados ao ensino fundamental e médio uma certa constância nas abordagens dos temas ali elencados; e a proposta desta monografia é mostrar que um tema tão rico como o Iluminismo pode ser abordado por outras perspectivas, como: a cultura que traz em seu bojo várias formas expressivas e que contribuíram para instigar o aluno a ir além daquilo que lhe é apresentado em sala de aula.

O primeiro capítulo intitulado de **O Iluminismo através dos Livros Didáticos** traz uma discussão sobre como os autores de livros didáticos direcionados ao ensino fundamental e médio apresentam o Iluminismo desprovido de seu contexto ideológico, ressaltando mais as lutas de classes que se travaram ao longo da Revolução Francesa, não suscitando nos alunos o desejo de conhecer muito mais do que lhe está sendo apresentado. Não que um livro didático não seja um bom instrumento de trabalho para o professor, mas se ele tem interesse que seus alunos vão além e procure construir suas próprias impressões sobre determinado tema ele necessita de buscar outros recursos que não o livro didático.

³ Ibid., p. 16

O segundo capítulo **Outras Visões do Iluminismo** tem como proposta apresentar um balanço historiográfico da revolução francesa fazendo uma discussão com François Furet e os autores por ele escolhidos para dialogarem sobre as concepções que cada um tem da revolução e conseqüentemente do Iluminismo. Neste capítulo o intuito é buscar subsídios para propormos uma nova forma de abordagem ao tema no ensino fundamental diferente da historiografia tradicional.

O terceiro capítulo, intitulado **O Iluminismo e a Arte**, visa apreender novas formas de apresentação do tema através da influência cultural, mostrando que o tema não se encerra nas lutas que foram travadas para a derrubada do poder real na França, e a sublevação da burguesia, ou seja, o movimento não foi apenas uma luta de classe, mas antes, carregou em seu bojo uma significância cultural que refletiu em todo o mundo, introjetando novas influências políticas, econômicas e outras formas de expressão sócio-cultural.

Desenvolver este trabalho, inicialmente, pareceu-nos fácil, porém ao longo do processo fomos encontrando vários obstáculos, tais como encontrar uma nova forma de apresentar um tema tão bem trabalhado por autores de renomes. Não sendo pretensão nossa a de esgotar o tema, pelo contrário, o intuito foi desenvolver uma nova metodologia de trabalho que possibilitasse ao aluno apreender o conteúdo relacionado sem se envolver com ele.

Portanto, as conclusões a que chegamos revela que todos são capazes de estabelecer críticas, porém apontar caminhos e direções se torna muito árduo, porém procuramos nos esmerar ao máximo para conseguirmos apresentar uma proposta de trabalho que seja instigante e que suscite no aluno o desejo de ir além do livro.

Capítulo I

O Iluminismo através dos Livros Didáticos

Este capítulo tem como objetivo mostrar como esta sendo trabalhado o tema Iluminismo na França do século XVIII em alguns livros didáticos. A análise procura ver se o caráter ideológico do pensamento das luzes esta ou não presente no material e quais os pontos positivos e negativos de cada livro. O primeiro material didático a ser analisado será o livro **História Moderna Contemporânea** de Antoracy Tortorelo Araújo.

O autor começa a abordar o tema dizendo como estava o pensamento europeu no século XVIII. Século este que presenciou parte das guerras entre protestantes e católicos que causaram certa confusão do espírito da cristandade da época. Sendo assim, este período foi marcado por misticismo e superstições, utilizados como fuga de realidade de insatisfação contra o governo pelo povo. A classe intelectual, no entanto, se volta para a razão dando origem ao Iluminismo. “O Iluminismo (aufklärung), marca o advento da consciência (razão) que a humanidade podia Ter de si própria adotando uma posição perante o mundo. E o conhecimento só viria através da razão guiando o homem para sabedoria.”⁴

Desta forma tudo poderia ser explicado pela razão inclusive a existência de Deus, a fé e as superstições da época não deveriam ser consideradas, pois não podiam explicar nada segundo os filósofos. Estes por seus escritos poderiam ser definidos em duas categorias, a liberal da qual fariam parte John Locke, Voltaire, Montesquieu e outros, e a democrática representada por Rosseau.

John Locke foi considerado o pai da teoria liberal por atribuir ao estado a função de garantir as liberdades individuais. Para Voltaire o governo deveria ser uma monarquia esclarecida ou uma Republica dominada pela classe média. Montesquieu formulou a teoria dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), tendo como principal obra o espírito das leis. Rosseau é considerado um democrata por defender a soberania da vontade do povo, sendo assim defende um governo de origem popular onde “o desejo da maioria dos cidadãos è a lei suprema da nação”⁵.

⁴ ARAÚJO, T. A. **História moderna e contemporânea**. São Paulo: Editora do Brasil, 1985, p. 54.

⁵ Ibid., p. 55.

Estes filósofos juntamente com outros pensadores tais como Helvetius, Condorcet, Turgot, Necker, sob a direção de Diderot fizeram a Enciclopédia, para divulgar as novidades filosóficas e científicas ao público. A publicação da enciclopédia teve início em 1752 e terminou em 1772 por ordem do Rei Luiz XVI.

O ideário iluminista se espalha pela Europa sendo lido por Reis que se tornaram os déspotas esclarecidos, como Frederico II da Prússia, Catarina II da Rússia, José II da Áustria, Pedro Leopoldo I de Toscana e o Marques de Pombal ministro de D. José I rei de Portugal que implantou algumas reformas influenciado pelas idéias iluminista no Brasil como a expulsão dos jesuítas e a transferência da Capital de Salvador para o Rio de Janeiro. Todos os outros déspotas também implantaram mudanças iluministas no governo de seus países e de suas colônias apesar de continuarem absolutistas, alguns como Catarina II da Rússia reforçaram ainda mais o poder absoluto.

No capítulo referente à Revolução Francesa o autor a coloca juntamente com a Revolução Americana, como a concretização das idéias iluministas do século XVIII. Este afirma que apesar desta revolução “assinalar o triunfo político e social da burguesia”,⁶ foi o povo comum que a executou embora não tenha governado.

Apresenta como causas da revolução o governo absoluto dos reis Bourbons de Luís XIV a Luís XVI que desde 1614 não convocava os Estados Gerais compostos pelos representantes dos três estados (clero nobreza povo) uma espécie de parlamento. Estes tornaram seus governos cada vez mais absolutistas e centralizados na figura do monarca. A má administração dos recursos, o elevado número de funcionários inescrupulosos, a falta de sistema de fiscalização dos impostos e os muitos recursos gastos com guerras desastrosas e com a independência dos Estados Unidos da América (EUA) também contribuíram para os acontecimentos revolucionários.

Em todo o decorrer do capítulo o autor não explica como o Iluminismo atuou na revolução, limita-se a apenas descrever os fatos como uma sucessão de acontecimentos. Não discute as hipóteses levantadas, por exemplo, o por que da divisão dos iluministas em liberais e democratas, também não menciona o que levou o povo a participar tão ativamente do processo revolucionário se o triunfo político e social foi da burguesia. Mostra algumas imagens importantes, como a folha de rosto da Enciclopédia, a figura de Voltaire, e outros quadros como o de Luís XIV e seu exército, porém todas as figuras são de caráter meramente ilustrativo, ou seja, não propõem um trabalho com estas

⁶ Ibidem., p. 62

imagens, não cita seus autores, onde estão localizados estes quadros e também não indica uma bibliografia que possa auxiliar o professor a trabalhar o tema e a solucionar as questões que ele deixa em aberto.

No livro *Fazendo A História de Aquino e Lisboa*, os autores começam a unidade que trata das revoluções burguesas, mostrando aos alunos o que eles vão estudar e fazendo um paralelo entre as descobertas do século XX com as inovações do século XVIII que propunha um novo tipo de sociedade da qual somos fruto.

No primeiro capítulo, o autor começa perguntando se Iluminismo vem de luz para despertar a curiosidade sobre o assunto. Em sua explicação sobre esta indagação ele fala de como a igreja justificava a forma de governo da época o Absolutismo, dizendo que o poder dos reis era dado por Deus, que os fiéis deveriam, portanto se conformar com a vida que tinham, pois estes receberiam sua recompensa após a morte. Assim a igreja garantia o predomínio da ordem absolutista o que constituía em obstáculo ao desenvolvimento da burguesia.

Portanto, era necessário implantar uma nova forma de governo onde a burguesia pudesse ter participação política, um novo conjunto de leis que favoreciam seus interesses, para que isto pudesse acontecer era preciso contrapor os valores, romper com as tradições e preconceitos fundados pela religião. Desde o Humanismo mudanças na mentalidade burguesa já haviam ocorrido com a valorização da razão. Estas passaram então a revalorizar o Homem, isto significava que este deveria “tornar-se sujeito e dono do seu próprio destino, e esperar que cada homem, em principio, pensasse por conta própria.”⁷. A valorização e por consequência a libertação do homem tinham como objetivo a libertação da burguesia.

O desenvolvimento da ciência desde o século XVII já vinha mostrando que a natureza estava submetida a leis físicas e naturais, sendo assim não eram as leis divinas que explicavam o mover do mundo e do universo, como dizia a crença da época. O homem estando neste mundo também ficava sujeito a estas leis físicas. Com base nestas conclusões, o autor afirma que os direitos humanos sobrepujavam o direito divino, e por extensão o direito dos reis. Estas reflexões se tornaram uma arma contra o Antigo Regime. A filosofia das luzes não se limitou a destruir a antiga ordem, mas deu os princípios que constituíram as bases de uma nova sociedade, a sociedade capitalista.

⁷AQUINO R. S. L.; LISBOA, R. C. **Fazendo a história**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S. A, 1986. p 5

A Cidade Luz (Paris), assim chamada por ser desde o século XVII um dos mais importantes centros culturais, foi o lugar de onde as idéias começaram a se expandir pela Europa e pela América. Foi nela também que foi publicada a Enciclopédia iluminista que contou com mais de 140 colaboradores e demorou 29 anos para ser terminada. Esta enciclopédia continha as idéias dos pensadores do século XVIII.

Dentre estes pensadores destacam-se alguns como Voltaire, que foi um intransigente defensor dos direitos individuais, um crítico da Igreja, base do Antigo Regime, embora não fosse ateu. Defendia a liberdade religiosa, combatia o Mercantilismo, a pena de morte e as torturas feitas aos presos. Usa de sátira em suas obras cujas principais foram as Cartas Inglesas. O governo ideal para ele era o de um Monarca assessorado por um filósofo.

Charles-Louis de Secondat, Barão Montesquieu foi pensador importante, em sua obra o Espírito das Leis ele apresenta a teoria dos três poderes executivo, legislativo e judiciário que se tornou um dogma para burguesia por garantir as liberdades individuais. Essa tem como objetivo evitar que o poder se concentre nas mãos de uma única pessoa e assim sendo se torne arbitrário. Jean Jacques Rousseau tem um pensamento diferente dos outros filósofos por acreditar “que o povo é quem detém todos os poderes e que as leis constituem expressão da vontade popular”⁸ e, sendo assim, o que seria relevante em sua república seria a vontade da maioria, não se importando muito com os direitos individuais. Preocupa-se com a educação que deveria ser dada aos homens, pois considera que todo o Homem é bom por natureza sendo a sociedade que o corrompe, estes então deveriam ser educados junto à natureza. Esta é à parte da teoria do bom selvagem termo utilizado para evitar a censura do Estado e da Igreja, apesar deste artifício, utilização de linguagem figurada, Rousseau teve que se exilar para fugir da ordem de prisão dada por causa de seus escritos. Em outro de seus polêmicos livros, Discurso Sobre a Origem das Desigualdades entre os Homens, Rousseau fala dos males que a desigualdade causou e atribui sua origem a propriedade privada.

A expressão século das Luzes foi dada por outro filósofo o alemão Emmanuel Kant e a partir dos iluministas surgiu a escola fisiocracia que publicava estudos econômicos com finalidade de combater o mercantilismo e proporcionar mais liberdade econômica.

⁸ Ibid., p. 7

John Locke outro filósofo político ao compor o Tratado do Governo Civil se tornou o iniciador do Liberalismo Político. Combateu a ideologia do direito divino dos Reis afirmando que

Os homens possuíam direitos naturais, que eram a liberdade, a propriedade privada e a vida. Para garantir estes direitos os homens deveriam escolher governantes. Casos estes governantes se mostrassem arbitrários ou omissos, os governados tinham o direito de escolherem novos governantes⁹.

Em relação à propagação destas idéias o livro afirma que foi ampla a divulgação e feita não apenas através dos livros, mais de panfletos, manuscritos, cartas, e outros documentos. O pensamento revolucionário da burguesia¹⁰ era discutido em sociedades literárias, associações diversas e até mesmo nos salões da aristocracia. Isto devido a grande modismo das luzes.

A Rainha Maria Antonieta, casada com Luís XVI mandou construir choupanas nos jardins do palácio de Versalhes e juntamente com seus cortesãos vestida de camponesa ia para estas choupanas para dizer que estava vivendo na natureza como apregoava Rousseau¹¹

Outros Monarcas da Europa tiveram um contato mais significativo com a filosofia iluminista e promoveram reformas influenciadas por este contato, porém, estas medidas tinham como objetivo fortalecer e reforçar o poder Monarca em seus Estados. Estes reis foram chamados de déspotas esclarecidos.

Antes de falar da revolução francesa o autor comenta sobre as condições atuais do Brasil da época, a movimentação popular pelas diretas-já, e de outras manifestações populares contra as medidas da ditadura, visando restaurar a liberdade democrática. Para demonstrar que foi da Revolução Francesa que surgiu este ideário de liberdade e democracia. O povo francês ao lutar contra o absolutismo, acabando com o direito divino dos reis, proclama que o povo é a única fonte de poder. “Os homens são livres e iguais em direito”.¹²

Estes direitos seriam o direito a igualdade, a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão. Apesar de considerarem a propriedade privada um direito sagrado, mesmo sabendo que ela origina a desigualdade social, os revolucionários franceses asseguram importantes direitos como a liberdade dos

⁹ RUBIM S.L.A., et al. **História das Sociedades**. 35. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A, 1995, p.9

¹⁰ Ibid., p. 10

¹¹ Ibidem., p. 10

¹² Idem., p. 19

indivíduos, a liberdade religiosa, a liberdade de imprensa e a igualdade jurídica, direitos que vigoram até os dias de hoje.

O autor afirma que a Revolução Francesa, entretanto desviou-se de muitos princípios democráticos que ela mesma defendia no desenrolar dos acontecimentos, mesmo assim, seus ideais continuam vivos na consciência dos povos que lutam contra a opressão.¹³

O autor atribui como causas da Revolução as condições políticas e econômicas da época que eram críticas para o governo da França. A burguesia que tinha conseguido alcançar o poder financeiro desejava agora obter o poder político, para derrubar as leis absolutistas e promover o livre desenvolvimento do capitalismo. O Iluminismo teve grande influência no pensamento e nas ações da burguesia indicando-lhes o caminho da revolução.

A França estava dividida em três estados, onde o primeiro e o segundo não pagavam impostos, porém com o agravamento da crise o Rei teve que declarar que o clero e nobreza deveriam pagar impostos. Os dois primeiros estados se recusaram obrigando o Rei a convocar, em 1776, os Estados Gerais, uma assembleia composta pelos representantes dos três estados, que não se reunia desde 1614. Os deputados do Terceiro Estado que representava o povo foram eleitos e entre eles não havia nem sequer um camponês ou operário, eram todos burgueses.¹⁴ Esta reunião dos Estados Gerais acaba gerando a Assembleia Nacional Constituinte para elaborar uma constituição para a França e estabelecer uma Monarquia Constitucional burguesa.

A Assembleia Nacional Constituinte publicou também a Constituição Civil do Clero para que as autoridades eclesiásticas passassem a ser eleita pelo povo, confiscou as terras da Igreja, e aprovou a declaração dos direitos do Homem e dos Cidadãos.

Em 1789, a revolução começa nas ruas e no dia 14 de julho o povo toma a Bastilha, as revoltas pelos campos da França também se alastram provocando o Grande Medo entre os senhores Feudais e entre a burguesia conservadora. Os trabalhadores urbanos aprofundam as reivindicações e os camponeses lutavam pela divisão das terras e abolição dos privilégios feudais. Os representantes da burguesia se assustam a ponto de jornalista e deputado Brissot escrever:

¹³ Idem., p. 20

¹⁴ Idem., p. 21.

Os desordeiros são aqueles que tudo querem nivelar, as propriedades, o preço das mercadorias...; que querem que o trabalho receba a remuneração do legislador; que querem nivelar até os talentos os conhecimentos, as virtudes, porque nada tem de tudo isso. O princípio da igualdade indignava o parlamentar.¹⁵

No restante do capítulo o autor fala de maneira resumida sobre os acontecimentos de 1792, da época do terror da execução do rei Luís XVI e da Reação Termidoriana, em seus aspectos políticos e econômicos sem mencionar mais nada a respeito do Iluminismo.

Este livro procura fazer um paralelo entre o tempo em que foi escrito (1986) e o passado a ser estudado para despertar o interesse dos alunos. Utiliza também de charges provocativas para ilustração. Ao trabalhar o Iluminismo se preocupa em mostrar o pensamento dos principais autores, citando suas obras. Também fala da disseminação das idéias e da enciclopédia iluminista entre os Reis da Europa, apesar do Iluminismo ter como objetivo destruir o Antigo Regime e direcionar a burguesia para derrubar o poder absolutista. Há a existência de panfletos e cartas que também divulgava o pensamento revolucionário da burguesia¹⁶. Não há especificação, porém de como eram estes panfletos e a quem eram direcionados. Afirma que o povo vai as ruas para executar uma revolução burguesa, segundo o autor, mas não diz o que motivou a população a fazer tal ato. Nem porque as reivindicações do movimento popular eram diferentes e atemorizavam a burguesia com seus princípios de igualdade.

Já no livro **História III**, de Kátia Correia Peixoto Alves, a abordagem deste tema começa mostrando que o Estado Absolutista desde seu início tentava-se equilibrar entre interesses opostos, os da nobreza juntamente com o clero e os interesses da burguesia. Assim na transição do feudalismo para o capitalismo conviveram as estruturas feudais com a estrutura moderna. Paralelamente no decorrer dos anos uma outra burguesia que não se beneficiava em nada do sistema absolutista se desenvolveu. Este grupo se organiza para derrubar o Estado Absolutista e a política mercantilista em todos seus aspectos: “intervenção do governo nas praticas econômicas, sistema colonial, monopólios, direitos exclusivos”.¹⁷ Para que estas mudanças ocorressem seria necessário desmontar toda a ordem vigente.

¹⁵ Idem., p. 23.

¹⁶ Idem., p. 10

¹⁷ ALVES, K. C. P.; BELISÁRIO, R.C.M.G. **História volume III**. 4. ed. Belo Horizonte. Vigília, 1992., p. 14

Havia assim um conflito latente, que logo se tornaria aberto entre as forças da velha e da nova sociedade burguesa, que não podia ser resolvido dentro da estrutura dos regimes políticos existentes (...) O que tornou estes regimes mais vulneráveis ¹⁸.

A luta da burguesia pelo poder teve como marca o Iluminismo, filosofia que se caracterizou pela racionalidade, pelos princípios da liberdade individual, por negar o direito divino dos reis e o mercantilismo. Por isto ele se tornou a ideologia da classe burguesa para lutar contra o Antigo Regime. Os pensadores do Iluminismo que se destacaram foram Locke, Montesquieu, Voltaire e Rosseau. Apesar de ser considerado como a ideologia da burguesia muitos reis da Europa utilizou o pensamento das luzes para reforçar seu poder absolutista implantando algumas reformas sugeridas pelos filósofos. Este movimento foi chamado de Despotismo Esclarecido.

Ao analisarmos o assunto pelo ponto de vista econômico, vemos que a luta se caracterizava pela obtenção de mais lucro, o que o sistema político da época impedia. Por isto a burguesia lutava pelo liberalismo econômico cujo teórico de mais destaque foi Adam Smith. Em sua obra a Riqueza das Nações mostra que o sistema colonial era um entrave para o crescimento do comércio.

Antes de trabalhar a revoluções burguesa a autora se preocupa em dar uma definição do que seja a palavra revolução:

Conjunto de transformações radicais no campo econômico, político social, psicológico e cultural. Assim sendo, uma revolução implica em uma modificação das formas de utilização dos meios de produção, nas transformações das relações que se estabelecem entre os homens na atividade produtiva, e no surgimento de um novo tipo de Estado que garante o domínio econômico e político de uma nova classe social. Implica também na transformação das teorias e idéias humanas. ¹⁹

A situação da população da França era de miséria. O rei, o clero e a nobreza eram sustentados com o dinheiro dos altos impostos cobrados do terceiro estado, mais especificamente da burguesia, que há algum tempo já vinha lendo as idéias iluministas que combatia o as arbitrariedades do poder absoluto. O desenvolvimento econômico desta burguesia fez com que ela desejasse o poder político.

A população do campo e das cidades, que eram também exploradas, resolveram apoiar a burguesia com o objetivo de obterem melhorias de vida. Embora a alta burguesia temesse as camadas populares, era importante ter seu apoio para lutar contra o

¹⁸ Ibid., p. 15

¹⁹ Ibidem., p. 15

clero e a nobreza. O único fator que os uniam era o ódio à aristocracia e ao rei. Por consequência disto ocorreram várias revoluções dentro da revolução.

As causas da revolução se encontram na crise econômica que França enfrentava em 1789, arrecadação de imposto embora fosse alta, nunca era suficiente para pagar as dívidas e sustentar um governo corrupto, a indústria francesa também sofria com os produtos manufaturados que vinham da Inglaterra. A burguesia lutava pela igualdade no pagamento de impostos e contra o mercantilismo. Diante desta situação o rei resolve cobrar imposto do clero e da nobreza que recusam. Luiz XVI convoca os Estados Gerais uma assembleia composta por representantes dos três estados. Não há acordo em relação à forma de votação que era por ordem, ou seja, cada estado tinha direito a um voto, o terceiro estado queria que o voto fosse individual, pois possuía um número maior de representantes. O terceiro estado forma então uma Assembleia que contou com o apoio de alguns nobres para formar uma constituição. O Rei aceita as condições impostas por medo das revoluções populares que vinham ocorrendo e que já haviam tomado a Bastilha, símbolo do poder absolutista. Depois que o Rei jurou obedecer à Constituição, a revolução já estava acabada para a alta burguesia que havia conseguido as condições necessárias para o seu desenvolvimento. O movimento revolucionário continuava forte entre as camadas populares. A assembleia nacional se divide em partidos os girondinos, jacobinos e outros. Os Jacobinos condenam o rei por traição e proclamam a República. Tem-se início o período do terror.

Nas considerações finais da autora sobre a revolução ela nos diz que o lema de igualdade liberdade e fraternidade foram gritados por todos os revolucionários, porém coube à burguesia desfrutar desta conquista. O poder político tinha ficado em suas mãos. A burguesia foi revolucionária até o ponto que desejava e precisava, mas quando tomou o poder lutou desesperadamente para frear o processo.

Em relação ao Iluminismo, a autora o cita como sendo uma ideologia burguesa que se opunha ao antigo regime, por criticar as práticas políticas do absolutismo. Apesar disto não consta neste material como a burguesia utilizou-se desta ideologia. A propagação do Iluminismo e sua interpretação com exceção do que se refere aos déspotas, também não é trabalhado. Não há a preocupação em definir ainda que resumidamente, o pensamento dos filósofos, uma das obras mais importantes feita nesta época por estes homens, a Enciclopédia, não é sequer mencionada. Embora cite como definição de revolução entre outras coisas a transformação das idéias humanas a autora não se preocupa em mostrar como isto se deu na França. As principais causas da

revolução são atribuídas a fatores econômicos e seu desenrolar como uma luta entre classes em prol de seus interesses. Em suas considerações finais é dito que lema da Revolução Francesa é compartilhado por todos no processo revolucionário mais é usufruído somente pela burguesia, não há em todo capítulo a explicação desta conclusão.

Este material apresenta mapas e algumas gravuras todas, todavia, em branco e preto, algumas não muito nítidas e sem relacioná-las bem ao texto, não há uma preocupação de trabalhá-las enquanto fonte de conhecimento, as poucas pinturas apresentadas não constam de legendas dizendo quem são seus autores, onde estão e porque foram feitas. Consta a bibliografia utilizada na elaboração do livro, mas esta poderia ter sido melhor aproveitada.

No livro **História Geral** de Sônia Irene do Carmo, o Iluminismo é tido como a manifestação intelectual das transformações políticas econômicas e sociais da Idade Moderna, e que tem suas raízes no Renascimento. Caracteriza-se pela oposição ao absolutismo, a intolerância religiosa e as desigualdades. Baseia-se na crença de que o conhecimento só pode ser alcançado através da razão. Este racionalismo resultou no desenvolvimento do conhecimento e criou os fundamentos das ciências naturais.

O primeiro pensador a criticar o absolutismo foi o Inglês John Locke, ele defendia a tolerância religiosa, a liberdade política, acreditava que o povo deveria participar das decisões sobre seu destino e que os monarcas não poderiam lhe tirar estes direitos.

Na França do século XVIII o Iluminismo teve sua máxima expressão. Baseando-se nos cientistas e pensadores do século XVI e XVII, os iluministas franceses afirmavam que “a dúvida a respeito das verdades estabelecidas era o caminho para alcançar uma nova verdade. A dúvida conduzia a crítica, que se voltava principalmente contra a igreja o absolutismo²⁰”.

Os iluministas não negavam a existência de Deus, porém o Deus em que acreditavam não era um tirano que deveria ser obedecido cegamente e nem a igreja representava sua vontade. Para eles Deus era o criador de uma máquina perfeita, a natureza. Sendo assim os iluministas defendiam a liberdade individual, o direito de cada um escolher sua religião, a liberdade de pensamento e de expressão e o direito a propriedade privada. Desta forma as idéias iluministas correspondiam com os interesse

²⁰ CARMO, S. I. S. **História Geral**. – São Paulo: Atual, 1989, p. 59

da burguesia que utilizou o pensamento das luzes como arma contra o absolutismo. O Iluminismo foi a ideologia da burguesia no século XVIII.

Em 1746 o livreiro francês Le Bretan decidiu organizar a tradução de uma enciclopédia inglesa. O projeto inicial foi ampliando, convidou-se 160 intelectuais para elaborarem o Dicionário Racional das Ciências, das Artes e dos Ofícios, a Enciclopédia Iluminista da qual participaram os principais filósofos iluministas como Voltaire, Rousseau e Montesquieu. Nesta obra estavam contidas as críticas à sociedade da época e as propostas para sua transformação.

Os iluministas se diferenciavam em alguns pontos. Tomamos como exemplo Voltaire e Rousseau. Voltaire tinha uma posição mais moderada, acreditava que as mudanças deveriam ser conduzidas por um soberano, guiado pelas luzes da razão, e não pelas camadas populares como Rousseau desejava. Rousseau afirmava que o povo era a fonte de todo poder, suas idéias eram democráticas, ele dizia que a organização da sociedade deveria visar a liberdade e a igualdade entre as pessoas. Considerava o Estado como um instrumento dos ricos contra os pobres.

Montesquieu em sua obra o Espírito das Leis propõem uma nova forma de organização do poder, dividido-o em poder legislativo, executivo e judiciário. Este filósofo também criticou a pena de morte e a tortura.

O mercantilismo utilizado pelo poder absolutista dos reis já não favorecia mais aos interesses da burguesia, para contrapô-lo surgiu então o pensamento econômico das fisiocracias e dos liberais que pregavam a não intervenção do Estado na produção e na economia.

Na Segunda metade do século XVIII as idéias iluministas já eram conhecidas em boa parte da Europa por outros soberanos que mantinham ligações com os filósofos como no caso de Frederico II da Prússia que mantinha correspondências com Voltaire e implantou como outros reis reformas iluministas em seu país. Estes soberanos ficaram conhecidos como déspotas esclarecidos.

No capítulo referente à Revolução há a preocupação de lembrar da centralização do poder executada pela dinastia Bourbon onde o rei Luis XIV representa o ponto máximo desta centralização. Seus sucessores continuaram a exercer o poder absoluto e centralizado. No final do século XVIII este sistema de governo se apresentava como um

obstáculo para burguesia que desejava controlar o Estado fazendo dele instrumento de seus interesses.²¹ Por este motivo a burguesia lidera a Revolução Francesa.

A sociedade francesa no final do século XVIII era composta por 25 milhões de pessoas divididas em várias camadas sociais: a nobreza, o clero, a alta burguesia, a pequena burguesia, artesãos, operários das manufaturas, camponeses e desempregados. Os homens das camadas mais populares eram chamados de sans-culottes, por que não usavam os calções curtos da aristocracia.

Cada uma destes setores da sociedade tinha seus próprios interesses. Depois do início da revolução estes interesses passaram a entrar em choques principalmente contra os interesse da burguesia. Por isto que a Revolução Francesa tornou-se um movimento de várias faces. Sendo assim o capítulo tem como intuito mostrar os objetivos da burguesia e os das camadas populares.

A monarquia francesa precisava de muito dinheiro para se manter e as necessidades financeiras se agravaram com o endividamento devido à ajuda na independência dos Estados Unidos da América. As más colheitas resultam no aumento dos preços dos alimentos causando fome, miséria e descontentamento com a monarquia entre o povo.

A solução encontrada pelo rei era aumentar a arrecadação de impostos cobrando-os também do Clero e da Nobreza. Os impostos até o momento eram pagos apenas pelos burgueses, camponeses e pela população das cidades. O clero (Primeiro Estado) e a nobreza (Segundo Estado) se recusam a pagar imposto exigem a convocação dos Estados Gerais, a assembléia de representantes dos três estados, que não se reunia desde 1614.

O primeiro e o segundo estado queriam que a votação continuasse a ser por ordens, ou seja, cada estado um voto e o terceiro estado composto pela burguesia e o restante da população que representava 90% da sociedade francesa queria que a votação fosse feita por cabeça, ou seja, cada deputado teria direito a um voto.

Com a convocação dos Estados Gerais ampliou-se a discussão política e as idéias iluministas passaram a fazer parte dos discursos políticos e das conversas. O lema iluminista de igualdade liberdade e fraternidade tornaram-se guia para os revolucionários franceses.

²¹ Ibid., p. 69

Os estados gerais se reúnem, porém não chegam a um acordo de como seria a votação, o terceiro estado então se retira e forma a Assembléia Nacional Constituinte. Esta assembléia tinha como objetivo criar uma constituição para França que garantiria o domínio econômico da burguesia e atendesse seus interesses econômicos. Enquanto a burguesia discutia a constituição, a população nas ruas e nos campos também começou a lutar para conquistar seus direitos. Os sans-culottes juntamente com a população avançaram para velha fortaleza de Paris que servia como prisão política, a Bastilha, com o objetivo de conseguir armas. Pelos campos da França os camponeses também se rebelavam contra a exploração senhorial e queimaram castelos, documentos de servidão, mataram nobres e ameaçaram tomar terras.

Diante de tal situação a burguesia atemoriza-se, a Assembléia então vota a eliminação dos direitos feudais para conter os camponeses e proteger assim as propriedades burguesas das revoltas. A Declaração dos Direitos Humanos, baseada nos ideais iluministas e na independência dos Estados Unidos da América é aprovada dias depois. Ao mesmo tempo é organizada uma milícia armada, Guardas Nacionais, para garantir os poderes conquistados contra as possíveis investidas do Rei e das camadas populares. O Rei ameaçava dissolver a Assembléia isto fez com que os sans-culottes marchassem contra o palácio de Versalhes obrigando o Rei e sua família a se mudarem para Paris onde a Assembléia também se instalou. Os debates da Assembléia continuavam nas ruas e em outros lugares, formaram-se por isto os clubes políticos como os dos jacobinos que agrupavam um setor mais revolucionário da burguesia e espalhavam panfletos e jornais.

Em 1791 a Assembléia apresenta a Constituição que embora mantivesse a monarquia, abolia o absolutismo e dividia o poder em três como propunha Montesquieu. O judiciário, representado por Juizes, legislativo, representado pelos Deputados da Assembléia Legislativa, e o executivo exercido pelo Rei.

Na Europa absolutista o medo que a Revolução Francesa se espalha fez com que os outros monarcas apoiados pelo rei da França e pela nobreza fizessem um tratado contra a Revolução Francesa. O exercito francês era fraco e perdeu a primeira batalha contra os exércitos estrangeiros assim sendo os sans-culottes formam a Comuna popular ou comuna insurrecional, um poder paralelo ao vigente, que obriga a assembléia a destituir o monarca e convocar novas eleições. Começava uma nova revolução: a alta burguesia monarquista estava derrotada e a população conseguia maior participação política. Institui-se a Republica e os exércitos estrangeiros são detidos.

Há eleições para a Convenção nacional e os girondinos que representavam os interesses da burguesia obtiveram o maior número de votos. O objetivo deste grupo era evitar que as camadas populares conseguissem mais direitos. Os democratas radicais jacobinos representavam a pequena burguesia, outras classes que não estavam satisfeitos ainda com a revolução.

A convenção descobre a ligação do rei Luiz XVI com a Áustria, que conspirava contra a Revolução, e manda o rei para guilhotina. Os inimigos da França se tornaram um grande problema para os girondinos que começaram a ser responsabilizados pelo sucesso das invasões estrangeiras. Os jacobinos que tinham o apoio dos sans-culottes, defendiam a opinião que era necessária liquidar os inimigos da revolução. Surge um grupo mais radical na convenção apelidados de enraivecidos e liderados por Saint-Just que formam juntamente com os jacobinos um exército revolucionário que invade a convenção.

Tem-se início o período do Terror onde os Jacobinos elaboram uma continuação mais democrática inspirado pelas ideias de Rousseau e elaboram uma nova Declaração dos Direitos do Homem e dos Cidadãos escritas por Robespierre, porém estas medidas só seriam colocadas em práticas depois que a revolução estivesse salva. Todos aqueles que haviam conspirado contra a revolução ou eram suspeitos de conspiração, foram mortos. Os girondinos organizam um novo golpe que ficou conhecido como os “9º Termido” e abole a maioria das leis feitas pelos Jacobinos.

Este livro faz relação das várias imagens utilizadas com o texto ilustrando-o bem, porém ainda trabalha pouco este recurso e não há indicações de onde as figuras foram tiradas e nem de seus autores. Há quadros explicativos e complementativos em todo o texto que mostram as principais descobertas da ciência que antecedem e influenciam o aparecimento das luzes, definem conceitos tais como ideologia e apresentam documento de época como o trecho da convocação dos Estados Gerais feitas pelo rei. Há uma bibliografia, mas o corpo do texto não faz referência a esta. E embora a autora exponha o pensamento dos principais pensadores do Iluminismo e mostre que muitas das decisões revolucionárias eram de cunho iluminista a autora não trabalha como esta ideologia burguesa se disseminou e foi incorporada pelos revolucionários, principalmente entre os não burgueses. A Revolução Francesa é vista mais uma vez, como o desenrolar das lutas de classes.

Em **História e Civilização** de Carlos Guilherme Mota, no capítulo intitulado como o século das luzes o autor fala das principais causas do Antigo Regime e destaca

as idéias de reforma e de revolução como sendo as grandes responsáveis pela queda do antigo regime absolutista que se caracterizava principalmente pelas práticas mercantilista, por uma política absolutista baseada no direito divino dos reis e pela intolerância religiosa.

As injustiças deste regime se agravaram devido a crises econômicas. Surgiu desde meados do século XVIII uma reação intelectual a este sistema. Estas novas idéias se difundiram rapidamente e seus defensores exigiam melhoria nas condições de vida, guiadas pela razão ilustrada e pelas práticas liberais. Pregavam a soberania popular, a igualdade social, a liberdade pessoal e tolerância religiosa.

A origem destas idéias se encontra nos desmandos do próprio absolutismo, a burguesia começou a reagir aos excessos do governo, pois era ela quem pagava os impostos e sustentava os privilégios de uma nobreza luxuosa. A nova filosofia nasce do embate entre o sistema e os defensores das liberdades pessoais. O Inglês John Locke no final do século XVII nega a origem divina dos reis, afirmando que a autoridade real se baseava no consentimento dos cidadãos. Esta teoria foi rapidamente assimilada pela burguesia da França, onde sugeriram os três maiores representantes do Iluminismo, Montesquieu que formulou a teoria dos três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário. Voltaire que ridicularizou o absolutismo, e Jean Jacques Rousseau que propunha uma reforma da sociedade e defendia a democracia como a única forma de governo possível.

As teorias divulgadas pelos filósofos foram lidas pela nobreza e pelo clero que pouco reagiram a elas, a nobreza chegou até a financiar e proteger alguns filósofos. Os ataques à igreja culminaram na expulsão dos jesuítas de vários países europeus e de suas colônias.

Nessa época apareceram os primeiros cafés, locais de reuniões populares para discussão de política. A nobreza discutia estas idéias nos salões. Foi neste período também que surgiu a Enciclopédia francesa editada por Diderot e D'Alémbert com 38 volumes publicados ao longo de vinte e nove anos que contam a síntese do pensamento desta época. Assim juntamente com a ajuda da maçonaria, sociedade secreta que combatia o absolutismo, as idéias iluministas foram se propagando.

Em oposição à política mercantilista surgiram os economistas, estes acreditavam que a riqueza dependia da liberdade econômica. Havia duas tendências entre os economistas, os fisiocratas e os liberais. Os fisiocratas afirmavam que a riqueza dependia da exploração da terra cujo seu maior representante foi François Quesnay,

médico de Luís XV e colaborador da enciclopédia. Os liberais afirmam que a fonte das riquezas é o trabalho do homem, seu maior representante foi Adam Smith autor do livro a Riqueza das Nações. O pensamento liberal se constituiu na base do capitalismo do século XIX.

Na área científica o século das Luzes se preocupou em revelar as descobertas feitas por Newton, Descartes e outros. Fundaram-se academias e associações científicas, houve grandes descobertas em vários ramos da ciência nesta época. A física conquistou a eletricidade e em 1770 o inglês James Watt inventou a máquina a vapor. A medicina aplicou a primeira vacina anti-variola em 1797. Nas artes a música teve um grande desenvolvimento, surgiram a sinfonia e a ópera. Os concertos de câmara tornaram-se populares. Na Alemanha se destaca o compositor Johan Sebastian Bache na Áustria o músico Wolfgang Amadeus Mozart. O barroco com seus excessos de detalhes predominaram as produções artísticas da época.

A França foi o país que mais sofreu com o Absolutismo, as guerras empobreceram o tesouro fazendo aumentar os impostos sobre a burguesia e o campesinato. Luís XVIII assume o trono em um momento calamitoso e tenta fazer uma série de reformas para aumentar as receitas, porém a nobreza as boicotavam.²¹ Os custos da participação francesa na independência dos EUA foram fatais para economia. A fome e a miséria decorrente das más colheitas dos últimos anos fez com que em 1788 a França declara-se bancarota.

Assim Luís XVI para superar a crise, convoca uma reunião dos estados-gerais, que representava as três ordens do reino (nobreza, como o Primeiro Estado, o clero como o Segundo Estado e as demais camadas da sociedade como o Terceiro Estado). O Terceiro Estado não concorda com o voto por Ordem e o rei pressionado pela nobreza dissolve a reunião. O Terceiro Estado, porém não se retira e forma a Assembléia Nacional Constituinte e o rei viu-se obrigado a aceitar para ganhar tempo a constituição que estava sendo elaborada. Enquanto isto, o monarca concentrou tropas nos arredores de Paris para prender os deputados do terceiro estado, atitude que provocou um motim popular que culminou na toma da Bastilha, presídio do Antigo Regime. Teve início a revolução e os camponeses incendiaram castelos, mataram nobres e queimaram documentos de servidão e obrigações feudais por toda a França.

²¹ MOTA C.G. **História e civilização. O mundo moderno e contemporâneo.** 3 ed. São Paulo: Ática, 1996, p. 79

Organizou-se uma comuna (governo popular) em Paris que constituiu um exercito e adotou uma bandeira tricolor como estandarte. Formaram-se clubes políticos por toda a sociedade dos quais os jacobinos se tornaram o mais importante, estes clubes tinham como objetivo atuarem na Assembléia Nacional Constituinte.

O rei ficou atônito com o movimento popular.²² Os nobres fugiram para os países vizinhos e incitaram os governantes estrangeiros a lutarem contra a revolução francesa. A Assembléia Nacional Constituinte consegue elaborar a constituição e implanta várias reformas, como o fim da servidão, igualdade no pagamento de impostos, o fim do dízimo, adotou o casamento civil e o divórcio, fizeram a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão baseada nas idéias iluministas entre outras medidas importantes.

O rei tenta fugir com sua família para Áustria em 1791, mas é reconhecido e levado de volta a Paris onde assina a constituição, apesar das comunas o acusarem de traição. O rei passaria a exercer o poder Executivo, sua pessoa seria inviolável e ele passaria a governar pela graça de Deus e pela vontade da nação. O poder legislativo seria exercido pela assembléia legislativa compostas por deputados eleitos pelos cidadãos proprietários e o poder judiciário seria exercido por cidadãos eleitos.

Houve eleição para a assembléia legislativa e muitos republicanos da região da gironda foram eleitos e passaram a ser chamados de girondinos, defendiam os interesses da burguesia rica.

O rei se recusa a promulgar leis contra a nobreza e clero. É descoberto o contado do rei com os países inimigos da revolução. A assembléia então decreta a prisão do rei e convoca uma convenção nacional para redigir uma nova constituição. Os países inimigos invadem a França, tomam algumas cidades e se dirigem para tomar Paris, porém o jornal de Marat incita o povo a lutar e iluminar os traidores dentro e fora da França. O povo então toma as prisões e mata membros do clero e da nobreza, fortalecendo o exercito revolucionário.

Nas eleições para a Convenção os jacobinos assumem a liderança do processo, condenam o rei a morte e assim começa o período chamado de terror por matar todos aqueles que eram considerados inimigos. Com a ameaça estrangeira vencida não havia mais a justificativa para o terror. Por isto, um grupo de convencionais organizou um golpe que destituiu Robespierre do poder mandando-o para a guilhotina e dissolve o clube dos jacobinos e a Comuna de Paris. Os convencionais proclamam uma nova

²² Ibid., p. 81

constituição. Para evitar uma nova ditadura a Convenção é dissolvida e o governo passou para as mãos de um diretório formado por membros do poder legislativo.

Este material procura ser sintético e objetivo, mas complementa o texto base com ilustrações e pequenos, mais ricos, textos abaixo destas onde além de inseri-las no contexto ainda traz novas informações sobre o assunto. Através dele o autor nos mostra uma das outras formas de disseminação das idéias das luzes entre a população que não freqüentava os cafés. Há também quadros com documentos e citação de filmes que podem auxiliar na compreensão do tema, mapas que mostra como estava a Europa da época revolucionária, uma cronologia dos acontecimentos no final de cada capítulo e um pequeno glossário. Todavia não consta uma bibliografia neste livro, citações bibliográficas ou indicações de como trabalhar com as informações presentes nas gravuras e no filme indicado. São através das ilustrações também que o autor apresenta personagens de destaques da revolução como Teresa de Méricout, a amazona da revolução, Marat, Danton e outros.

O Iluminismo é tratado como o fruto dos desmandos políticos do século XVIII. Apresentam assim sua origem seus principais filósofos e mostra que a nobreza também lia os escritos iluministas e que estes também chegaram as camadas mais populares da sociedade, porém não menciona como que cada setor da sociedade interpreta estas idéias e se utiliza delas. Há não ser quando se refere ao despotismo esclarecido ao qual o autor dedica um capítulo para apresentar como o Iluminismo foi utilizado por estes reis e quais os efeitos que tiveram para as sociedades de seus países. No que se refere a Revolução Francesa no decorrer do texto é possível observar em algumas citações a presença do pensamento iluminista mais de forma superficial.

No trabalho de José Jobson de Arruda, livro **História Total**²³, há uma preocupação de mostrar a origem do esclarecimento. No século XVII a burguesia inglesa, a mais evoluída da época passou a financiar pesquisas científicas para que estas pudessem proporcionar um aumento na produção de mercadorias e assim aumentar seus lucros. Essa mentalidade prática e racional foi uma das características do Iluminismo. Os filósofos iluministas foram herdeiros do Renascimento, combatiam a intolerância religiosa e o pensamento da Igreja que impedia a evolução da sociedade burguesa e da economia capitalista.

²³ ARRUDA J. J. A. **História Total 4**. São Paulo: Ática, 1998. 312p.

Os filósofos franceses do século XVIII também se opuseram ao direito divino dos reis, pois os direitos do soberano deveriam vir de seus súditos. Assim a maioria destes pensadores defendia a participação política do povo e que os soberanos deveriam garantir a liberdade nas atividades econômicas e preservar os direitos dos cidadãos.

As primeiras manifestações do pensamento iluminista apareceram com o filósofo inglês John Locke, este negava que Deus determinasse o destino dos homens se afirmava que a era sociedade que moldava o indivíduo para o bem ou para o mal. Por isto era importante mudar a sociedade.

Na França do século XVIII foi que surgiram, no entanto, os principais filósofos como Montesquieu que defendia a teoria dos três poderes, judiciário legislativo e executivo. Denis Diderot filósofo e matemático que organizou a Enciclopédia, uma obra científica que tinha como objetivo sintetizar os principais conhecimentos da época. Voltaire que defendia o governo de uma monarca que fosse aberto às reformas iluministas e que cultuasse a ciência. Voltaire era também anticlerical. Jean Jacques Rousseau que dentre todos os filósofos era o único favorável a participação do povo na vida publica, por meio de eleições de seus representantes políticos. As idéias destes filósofos serviram aos propósitos de uma serie de movimentos políticos nos séculos XVIII e XIX na Europa e na América.

Foi nesta época também que surgiram os economistas, um grupo de pensadores que afirmavam que a economia era regida por leis naturais. Por isto acreditavam que o governo não deveria interferir na economia. Esta teoria ficou conhecida como fisiocracia, ou seja, governo da natureza, da qual se destaca o pensador Quesnay. Uma das leis que regem os fenômenos econômicos segundo os fisiocratas é a lei da oferta e da procura.

Adam Smith foi discípulo dos fisiocratas, porém ele elaborou uma teoria conhecida como liberalismo econômico. Ao contrario dos fisiocratas que afirmavam ser a agricultura a fonte das riquezas, Adam Smith afirmava que o trabalho era a fonte das riquezas.

Houve um grupo de países mais atrasados da Europa que colocou muitas das idéias iluministas em pratica sem abandonarem o poder absolutista. As meditas iluministas tomadas serviram para reforçar seus poderes e não melhorou as condições de vida de seus súditos a não ser no reinado de José II da Áustria. Este movimento ficou conhecido como despotismo esclarecido.

No que se refere à Revolução Francesa o autor atribui suas causas a crítica situação econômica em que se encontrava a França no final do século XVIII, a exploração efetuada pelos impostos ao terceiro estado (burguesia e as camadas populares) para sustento do primeiro estado (nobreza) e segundo estado (clero). A situação piorou com o tratado comercial feito com a Inglaterra liberando a importação de tecidos manufaturados que arruinou a produção têxtil da França. O envolvimento com guerras e a má produção de alimentos aumentaram a miséria do povo. O descontentamento popular era grande e tornou-se maior ainda com a divulgação das idéias iluministas feitas pela burguesia. Assim os ataques à monarquia absoluta cresceram ao mesmo tempo em que a defesa da igualdade civil.

Para sanar o problema econômico, o rei tenta implantar reformas que estenderiam os impostos ao clero e nobreza. Estes se recusaram a abrir mão de seus privilégios. O rei afasta-se do primeiro e segundo estado e convoca uma reunião dos estados gerais.

O terceiro estado recusa a aceitar a votação que seria por ordem, ou seja, cada estado teria apenas um voto. Este estado queria que a votação fosse individual, pois era a maioria. O terceiro estado decide reunir-se separadamente e formaram a Assembléia Nacional com o objetivo de dar uma constituição para a França. O rei não teve escolha senão aceitar a situação. Conscientes do erro de sua desunião a nobreza o clero e o rei temiam se unir para conter os avanços da burguesia que contava com o apoio dos sans-culottes (massa urbana mais pobre). Luís XVI mobiliza tropas para dominar Paris, porém o povo armado toma a Bastilha, uma fortaleza onde se encarceravam inimigos políticos.

Os movimentos de revolta se espalham rapidamente por toda a França. Camponeses saqueavam propriedades dos nobres e incendiavam castelos e mosteiros. Esta pressão popular obrigou a Assembléia a abolir os direitos feudais como servidão, impostos feudais e os privilégios da nobreza. A Assembléia também aprovou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e o confisco dos bens da Igreja.

Enquanto isto os nobres se refugiaram em outros países como Austrais e Prússia tentaram organizar um exército contra-revolucionário para invadir a França. O rei Luiz XVI também tenta fugir para juntar-se às forças contra-revolucionárias, mas é detido.

A unidade do terceiro estado se desfaz e forma três grupos os Girondinos que pertenciam à alta burguesia e queriam apenas limitar o poder do rei e impedir que os privilégios políticos fossem estendidos aos camponeses e sans-culottes. Os Jacobinos

membros da pequena burguesia que defendiam o direito do povo eleger seus representantes e eram totalmente contra a monarquia. Seus líderes eram Robespierre, Danton e Marat. O ultimo grupo era o Pântano constituído por pessoas que não tinham uma posição política definida.

Em 1792 a França é invadida pela Áustria e a Prússia com a secreta aprovação de Luiz XVI. A população liderada pelos jacobinos defende a nação. À medida que ganhavam importância política o povo e os jacobinos se voltavam contra os nobres o clero e os consideravam inimigos da revolução. O exército estrangeiro é derrotado.

A Convenção Nacional tem sua primeira sessão e abole a Monarquia, proclamando a Republica. Nesta Convenção os jacobinos possuíam maior numero de representantes eleitos pelo povo e apesar da oposição jacobina condena o rei e sua família a morte.

Esta atitude fez com que outros países além da Áustria e da Prússia se sentissem ameaçados com a Revolução por isto organizaram um exército composto por tropas da Inglaterra, Holanda, Áustria e Prússia para invadirem a França. A Convenção então teve que tomar medidas extremas e muitos passaram a serem acusados de contra revolucionários e foram executados na guilhotina. Por causas destas medidas violentas o período liderado pelo partido jacobino tendo Robespierre como líder ficou conhecido como o Terror.

Durante o Terror houve grandes vitórias contra o exército estrangeiro e os pobres passaram a ter leis que os protegiam. Contudo o terror atingiu também seus próprios líderes como Danton. Para manter-se no poder Robespierre eliminou todas as oposições a ele, isolando-se politicamente e perdendo o apoio popular. Isto fez com que os girondinos o aprisiona-se e o mandasse para a guilhotina, restaurando o poder à burguesia.

Este material apresenta o Iluminismo de forma sintética ressaltando alguns pensadores e pequenas partes de suas teorias. Entra em contradição ao afirmar que todos os filósofos defendiam a participação política do povo e depois afirma que Rousseau era o único que desejava a participação popular na escolha de seus líderes políticos. Em relação à divulgação destas idéias o autor afirma que foi a burguesia durante o processo revolucionário, que transmitiu as idéias iluministas ao povo, incita-os a revolta. A Revolução Francesa também é colocada de forma muito resumida e como uma sucessão de fatos. Sendo assim este material deixa muito a desejar, embora possua uma boa bibliografia no final do livro esta não é mencionada durante o texto. Outro ponto falho

diz respeito aos exercícios, estes se preocuparam com o papel das mulheres na revolução sendo que nenhuma vez, seja nos textos ou nas poucas gravuras com funções meramente ilustrativas, não é mencionado o papel feminino no processo revolucionário.

Os exercícios também propõem que os alunos assistam a um filme e apresenta um pequeno roteiro para análise do filme com perguntas superficiais e não indica ao professor como trabalhar com estes recursos. Há uma tentativa de uma nova forma de trabalho, um jornal atual noticiando os fatos ocorridos na época da revolução como complemento no final do livro.

No livro a **Nova História Crítica** de Mário Schmidt há uma subdivisão dos capítulos. O trabalho resume os mais relevantes para a análise.

As origens do Iluminismo

A Inglaterra pós revolucionária e as idéias de Locke serviram de base para os pensadores iluministas do século XVIII, especialmente para os franceses. As idéias iluministas influenciaram a independência dos EUA, a Revolução Francesa, a Inconfidência Mineira e outros movimentos de independência na América Latina.

O Pensamento Rebelde

O autor pergunta a seus leitores o que havia por trás dessa onda revolucionária, e como resposta afirma que existiam idéias de derrubar a ordem tradicional, lutar pelos direitos de todos, libertar os povos da opressão. Antes de começar a explicar o pensamento iluminista o autor interroga ainda mais o leitor sobre o que eram estas idéias e sua origem.

No século XVIII muitos intelectuais se dedicaram a pensar criticamente o antigo regime e chegou-se a conclusão que este regime era irracional injusto. Estes intelectuais foram chamados de iluministas. Estes pensadores acreditavam que as outras pessoas não percebiam como o Antigo Regime era ruim, pois tinham uma concepção falsa sobre o mundo e cabia a eles a missão de esclarecer os outros indivíduos. Por isto publicaram livros e panfletos para divulgar suas idéias escritas de maneira bem simples para que todos pudessem compreender.

Além de criticar o antigo regime os iluministas tinham uma proposta para uma nova sociedade, pois um governo só seria justo quando garantisse a liberdade e a igualdade de todos perante a lei. Isto nos leva a compreender alguns dos motivos pelos

quais o Antigo Regime era atacado, ele esmagava a liberdade individual e impunha leis que só favoreciam uma minoria.

As Luzes da Razão

Outro nome para o Iluminismo é esclarecimento. Esclarecer significa tornar as coisas claras e o que traz claridade é a luz, mas não diz que tipo de luz é essa que esclarece, ou seja, faz com que alguém entenda alguma coisa. Só podemos compreender alguma coisa utilizando a razão, ou seja, raciocinando. Sendo assim a capacidade humana de pensar, a razão é a luz que nos faz compreender. Por isto o Iluminismo também foi chamado de filosofia das luzes.

O valor supremo para os iluministas, portanto era a razão e todos os males que afligem a humanidade como guerras, fome, fanatismo religioso, são frutos da ignorância, do dogmatismo preconceitos e superstições. Por isto se os governantes seguissem a luz da razão, se os homens utilizassem a razão poderiam descobrir qualquer mistério do universo e conseguiram resolver qualquer problema da sociedade. Os iluministas eram otimistas quanto ao uso da razão.

Esclarecer é Educar

Os iluministas achavam a sociedade conservadora e por isto aceitava a opressão do Antigo Regime. Acreditavam que os poderes absolutistas do rei eram delegados por Deus. A maneira de pensar destas pessoas e a aceitação das injustiças eram frutos da educação que haviam recebido. Portanto os homens são produto da educação e da sociedade em que vivem. Jean Jacques Rousseau afirmava que o homem é bom por natureza que a sociedade é que o corrompe.²³

As crianças deveriam ser educadas segundo os iluministas de maneira natural e não por padres ignorantes fanáticos, pois a Igreja tornava as pessoas supersticiosa e submissa. O objetivo da educação seria despertar as qualidades naturais do ser humano. Os filósofos também acreditavam que os criminosos precisavam ser reeducados e não punidos com torturas ou penas de morte. Os criminosos eram produtos da sociedade onde viviam.

Os iluministas estavam preocupados com o progresso da sociedade. O desenvolvimento da ciência era importante para que este progresso acontecesse. Os

²³ SCHMIDT, M. F. **Nova história crítica** – São Paulo: Nova Geração, 1999, pg33.

iluministas acreditavam que as descobertas científicas era a prova da importância da razão. Um dos cientistas mais admirados por eles era Isaac Newton, por ter descoberto as leis do movimento do universo. Desta forma a ciência passou a ocupar o lugar da Igreja na explicação do funcionamento do universo.

A maioria dos filósofos iluministas não era ateus, eram deístas. Acreditavam que Deus agiria somente indiretamente sobre a realidade, por meio de leis naturais. Fé, milagres e castigos, portanto não eram concebíveis aos iluministas. O anticlericalismo, crítica ao clero, foram outras idéias também defendidas pelo Iluminismo. Criticavam a intolerância religiosa, Voltaire afirmava: “Não concordo com uma só palavra que você diz, mais defenderei até a morte seu direito de falar livremente”.²⁴

Outro princípio defendido pelo movimento das luzes era a igualdade jurídica, pois a natureza fez com que todos os homens nascessem iguais, portanto as leis deveriam ser iguais para todos. Não deveriam existir tribunais especiais para nobres, eles também não aceitavam que os principais cargos do Estado fossem reservados a famílias nobres. O que deveria ser levado em consideração era o talento, as qualidades de uma pessoa.

Essas idéias iam de encontro aos interesses da burguesia que apesar de ser rica não tinha poder político e desejava alcançá-los. Além disto, não queriam mais pagar tantos impostos a um Estado que privilegiava a nobreza.

O ideário de igualdade jurídica, liberdade nação favorecia somente a burguesia, pois foi graças ao conceito iluminista que surgiu a declaração dos direitos do Homem e do Cidadão. As idéias de cidadania afirmavam que todos têm o direito à liberdade, não podendo ser escravos ou submetidos a servidão. Os indivíduos também deveriam ter o direito de não ser incomodado ou presos por suas opiniões políticas ou religiosas. Desta forma, os iluministas se baseavam nas idéias liberais de John Locke para atacar o absolutismo.

Montesquieu defendeu a separação dos três poderes para limitar o poder real. O governo deveria ser repartido em três poderes o executivo, legislativo e judiciário. Os iluministas perceberam que para defender os direitos dos cidadãos o Estado não poderia oprimir o cidadão e deveria existir para servi-lo e não o contrário como era no absolutismo. O próprio Estado então deveria se submeter às leis.

²⁴ Ibid., p. 39.

Os iluministas também deram origem ao pensamento econômico fisiocracia, que acreditava que assim como o universo segue leis naturais, o mercado também tem suas leis que devem funcionar sem a interferência do Estado. Este pensamento de *laissez faire, laissez passer*, mercado livre da interferência do Estado, ou seja, livre do mercantilismo, ficou conhecido como liberalismo econômico.

Todas estas idéias de igualdade, liberdade, cidadania iam ao encontro das necessidades de uma população sofrida e oprimida pelo antigo regime. Por isto o Iluminismo causa uma onda revolucionária no século XVIII. A revolução precisava ser pensada antes de ser executada e este foi o papel dos iluministas.²⁵

A Revolução Francesa

O autor começa abordar o tema discutindo a reforma agrária brasileira perguntando se o país seria mais justo se a executasse. Pergunta também se as pessoas simples têm o direito de criticar o governo, qual seria a melhor maneira de resolver os problemas sociais, seria a revolução? Estas perguntas segundo o autor foram feitas pela primeira vez na época da Revolução Francesa. Ela é considerada com um dos fundamentos do mundo contemporâneo.

Este material apresenta a situação econômica da França nas vésperas da revolução às péssimas condições em que se encontravam a maioria da população. Como a sociedade estava dividida em ordens, clero nobreza e povo, divisão que correspondia à velha noção medieval, os que oram, os que guerreiam e os que trabalham. As guerras, a fome vinda das colheitas, os altos impostos haviam causado uma tensão social contra o antigo regime e as idéias iluministas que vinham sendo propagadas por décadas fomentavam mais o Espírito revolucionário. O Iluminismo chegava a população mais carente por escritores humorísticos, pois a maioria da população não tinha condições de ler os escritos de Voltaire Montesquieu ou de Rousseau.

Para solucionar a crise o Rei resolve consultar os a Assembléia dos Estados Gerais compostas por elementos dos três Estados sendo o clero o primeiro estado, a nobreza o segundo estado e o terceiro composto por vários seguimentos sociais desde a alta burguesia até aos camponeses. Na reunião dos Estados Gerais o primeiro e segundo estados se recusam a abrir mão dos seus privilegias e a pagar impostos e chegam até a propor que o terceiro estado pagasse mais impostos ainda. Diante disto o terceiro estado

²⁵ Ibidem., p. 42.

sai e resolvem criar uma Nova Assembléia, contavam com o apoio de alguns nobres e clérigos que aceitavam mudanças. Esta Assembléia se transforma em Assembléia Nacional Constituinte, ou seja, ela passou a ter como objetivo elaborar uma constituição para a França.

O rei ordena a dissolução da Assembléia porém a revolução se espalha às ruas e o povo dirigido pelos sans-culottes toma a Bastilha, antiga prisão, símbolo do absolutismo. Os camponeses também se manifestam e queimam castelos, matam nobres espalhando um grande medo sobre a França. A Assembléia então vota a extinção das obrigações feudais dos camponeses para com os nobres e o fim do dizimo. A Assembléia também aprova a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de acordo com os ideais iluministas Além de fazerem leis que beneficiavam o desenvolvimento do comércio.

Após terminarem a constituição, a França dividiu-se em três poderes como na teoria de Montesquieu e tornou-se uma Monarquia Constitucional. O terceiro estado até este momento se mostrava unido, porém as medidas tomadas pela assembléia favoreciam e garantiam os direitos da burguesia. O campesinato continuava sem terras. Os sans-culottes também desejavam mais mudanças, o povo queria aprofundar a revolução.

A Europa absolutista passou a conspirar contra a revolução apoiada pelo rei da França e pelos nobres que haviam se refugiados nos países vizinhos. As tropas inimigas começaram a invadir a França e a traição do rei foi descoberta. O povo mais uma vez saiu às ruas para lutar contra o exército inimigo. O rei é condenado a guilhotina.

A França se torna uma república com três partidos os girondinos (alta burguesia), os jacobinos (pequena burguesia que considerava os interessados sans-culottes) e a planície. Os girondinos discordavam dos jacobinos e a planície ora apoiava os jacobinos, ora os girondinos. Inicia-se a fase da convenção. Com os exércitos estrangeiros vencendo as batalhas os jacobinos acusam os girondinos pelas perdas e os sans-culottes invadem a convenção e prendem os deputados girondinos. O poder passa para as mãos dos jacobinos e tem início o período do terror onde todos os suspeitos de traição foram condenados à morte, os exércitos estrangeiros foram vencidos e o povo teve leis que lhes favoreciam. Porém diante de tanta morte e das medidas repressivas de Robespierre os jacobinos foram se isolando e perdendo o apoio dos sans-culottes. Isto facilitou a volta da alta burguesia ao poder com o golpe que ficou conhecido como reação termidoriana.

Este livro mostra de forma mais detalhada a proposta iluminista de como deveria ser uma nova sociedade, quais os pontos criticados e como deveriam ser trabalhados para a constituição de uma nova sociedade. O livro vê na arte mais uma forma de expressão do pensamento da época e que por tanto deve ser utilizada como fonte de conhecimento histórico. Trás várias gravuras de quadros famosos, de esculturas e cita compositores e musica de época como as Wolfgang Amadeus Mouzart. Há uma explicação ao lado de cada quadro mostrando como o pensamento iluminista estava presente nas artes no estilo rococó e neoclássico. O autor também se preocupa em mostrar o nome das obras de artes, dos autores e há uma lista no final do livro contendo a localização de cada obra. Procura dar explicações complementares através de quadros e das ilustrações como no caso da Enciclopédia iluminista que é explicada em função de uma gravura que mostra a importância que os pensadores davam ao desenvolvimento da tecnologia. Há textos complementares com documentos de época e propostas de trabalho para o professor.

Quanto à disseminação do pensamento iluminista o autor entra em contradição, pois no capítulo referente ao Iluminismo o texto nos afirma que os pensadores escreviam em linguagem acessível todos, porém no capítulo referente à Revolução Francesa o autor faz menção a uma boêmia literária que escrevia textos humorísticos e de fácil interpretação para difundir as idéias iluministas entre a maioria da população que não tinham acesso as obras dos grandes filósofos. Não há também uma melhor explicação do que seria esta Boêmia literária, de como era de fato seus escritos e quais eram as interpretações de seus leitores.

O autor também critica alguns historiadores por analisarem o Iluminismo como um pensamento da burguesia revolucionária, afirmando que as idéias de liberdade, igualdade jurídica também beneficiou outras camadas sócias. O capítulo referente à revolução nos mostra outra contradição, pois há a afirmação que muitas medidas favoráveis às camadas populares foram tomadas em virtude do grande medo espalhado pelos camponeses. Há também um exercício composto de duas gravuras, uma de pessoas miseráveis e outra de um casal burguês muito bem vestido onde se pergunta se a igualdade jurídica será suficiente para produzir a justiça social.

Em relação à Revolução Francesa o autor mostra o Iluminismo com o pensamento que vinha de encontro às necessidades de um povo oprimido instigando a revolta. Atribuiu como uma das causas da revolução à intransigência dos monarcas franceses em não efetuar reformas iluministas como outros déspotas esclarecidos da

Europa. A interpretação e utilização destas idéias pelas várias camadas sociais, no entanto não é mencionada.

O livro continua preocupado em mostrar a história através da arte, utiliza-se desta para mostrar os principais agentes da revolução como Robspierre, Marat, Danton e trazer curiosidades sobre este período como o novo calendário que os revolucionários queriam implantar e textos complementares. Em um dos textos complementares o autor menciona a herança que a Revolução Francesa nos ortogou espalhando seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Muitos direitos que temos atualmente vêm das conquistas da Revolução Francesa.

Nos exercícios apresentados há muitas citações bibliográficas, porém consta apenas os autores e as obras de onde as citações foram retiradas, ou uma bibliografia no final do livro, não são encontradas. Há uma procuração também nos exercícios de mostrar o papel atuante das mulheres na revolução e como ficou as condições destas após o fim do processo revolucionário.

Vejamos a seguir o material didático **História 3** de Ricardo, Adhemar e Flávio. Estes autores mostram a Revolução Francesa no contexto de um capítulo intitulado como revoluções burguesas da qual fazem partes, a Revolução Inglesa e Francesa. Tais revoluções contribuíram para a consolidação do modo de produção capitalista.

A França pré-revolucionária apresentavam uma série de características do Antigo Regime. Uma sociedade dividida por ordens (primeiro, segundo e terceiro estado). Onde o terceiro estado representava cerca de 97% da população bastante heterogênea. Uma alta burguesia que podia através da compra de títulos, ingressar no segundo estado, portanto eram moderadas e tendentes a conciliações com os estados privilegiados (nobreza e clero). Uma pequena burguesia com tendências mais radicais, trabalhadores urbanos mais conhecidos como sans-culottes, foram os membros mais combativos da revolução, e os camponeses que representavam cerca de 80 % da população francesa.

A situação se tornou revolucionária graças a fatores como a crise financeira, agravada pela interferência na independência dos EUA. A crise econômica agravada por problemas climáticos que pauperizou os trabalhadores ameaçando assim, a prosperidade burguesa. As idéias iluministas que forneceram o fundo ideológico para canalizar as insatisfações do terceiro estado. As contradições entre as forças produtivas do capitalismo e as relações sociais de produção feudais.

Diante do agravamento da crise o rei Luís XVI decide cobrar impostos da nobreza e do clero. Para atingir este objetivo, em função dos privilegiados ter reagido, o rei é obrigado a convocar a Assembléia dos Notáveis em 1787. Configura-se uma revolta aristocrática contra o estado absolutista que possibilita o início do processo revolucionário, pois o terceiro estado seguira os passos da aristocracia.

Diante da recusa do clero e da nobreza a pagarem impostos o rei convoca os Estados Gerais, assembléia que reunia os representantes dos três estados e que não era convocada desde 1614. Há um impasse devido à forma de votação que tradicionalmente era feita por ordens, porém o terceiro estado queria que o voto fosse individual. O terceiro estado decide sair e formar a Assembléia Nacional que contou com o apoio de alguns membros do clero e da nobreza. Esta Assembléia passou a ser Assembléia Nacional Constituinte assim inicia-se a tomada de poder pela burguesia.

O autor divide a revolução por finalidade didática em conjuntos de etapas. Para explicar cada etapa há um quadro contendo a fase datada, características dos grupos que estão no poder e realizações e objetivos. As etapas são denominadas de Assembléia Nacional Constituinte, Assembléia Legislativa, Convenção Nacional e Diretório.

O texto de aprofundamento discute a natureza histórica das revoluções burguesas, levando em considerações mudanças que os movimentos revolucionários produziram. O texto apresenta como conceito genérico de revoluções burguesas os movimentos revolucionários que através de “transformações radicais ocorridas na estrutura da sociedade assinalaram, em definitiva superação do feudalismo”.²⁶ As revoluções burguesas também seriam responsáveis pela construção da ordem capitalista de um novo tipo de Estado que favorecesse os interesses burgueses. Foram tomados como modelos de revoluções burguesas a revolução Inglesa e a Francesa, pois estes dois movimentos conceberam um projeto social novo baseado no liberalismo e instauram uma nova sociedade capitalista.

Outro tópico destacado neste texto diz respeito à forma de ver as revoluções burguesas. Há uma linha que a enxerga como sendo parte de um processo mais amplo, a revolução ocidental que compreenderia uma fase americana e uma fase européia. Esta tese procura homogeneizar os movimentos revolucionários ocorridos no século XVIII e início do século XIX. Assim, a Revolução Francesa não passaria de um ponto culminante do processo revolucionado mais amplo. Este tipo de abordagem foi

²⁶ FARIA, R. M.; MARQUES, M. A.; BERUTTI, C. F. **História volume 3**. Belo Horizonte: Lê, 1993, p. 118.

contestado por historiadores marxistas, pois ao inserir a Revolução Francesa em um contexto de revoluções liberais reformistas, sem participação popular, neutralizaria os aspectos democráticos e populares do movimento revolucionário francês.

No que se refere à ideologia das revoluções o texto cita George Rude em sua afirmativa de que as revoluções são notórias como canteiro de ideologias, particularmente de ideologias populares. Em cada uma destas revoluções houve um elemento popular que também lutavam por um lugar ao sol.²⁷ Na França a burguesia e seus aliados aristocratas-liberais tiveram que enfrentar o desafio dos camponeses e sans-culottes, mais sério que o das classes dominantes da Inglaterra enfrentaram. Desta forma podemos observar que as revoluções burguesas abriram outras perspectivas, uma espécie de revolução dentro da revolução. Contudo, este desafio não foi de todo mal para os principais revolucionários, pois sem o apoio das camadas populares como poderiam derrubar Carlos I ou Luís XVI de seus tronos, posto abaixo o sistema feudal. Assim que estas conquistas foram efetivadas houve a separação e a luta para silenciar estas classes.

Os responsáveis pelo desenvolvimento da ideologia popular na Revolução Francesa foram os sans-culottes. Inicialmente esta ideologia derivava da ideologia dominante da burguesia, porém durante o processo pode-se observar uma radicalização da ideologia popular que marca verdadeiras ondas de explosão social. Os sans-culottes conseguem vários ganhos materiais durante o processo revolucionário, porém a maioria deles são perdidos quando a alta burguesia retoma o poder. Mas eles deixaram sua marca nos acontecimentos revolucionários, que para ocorrerem tiveram a participação efetiva e essencial deles. A tradição da ação popular de massa e da democracia direta iniciada pelos sans-culottes de Paris, e muitas de suas idéias sobreviveram.²⁸

No capítulo que se refere ao Iluminismo, há uma preocupação de mostrar sua origem a partir da chamada revolução científica do século XVII. Nesta época ocorreu um grande progresso na filosofia e na ciência. O filósofo e matemático Descartes é considerado o fundador da doutrina racionalismo moderna. Muitos filósofos aplicaram o racionalismo de Descartes à política e a religião, priorizando a razão. Assim a valorização da razão como guia da verdade e a existência de leis naturais que explicassem os fenômenos universais destacavam-se como princípios do Iluminismo.

²⁷ Ibid., p. 119.

²⁸ Ibidem., p. 119.

Este pensamento teve seu início na Inglaterra no século XVII, porém sua maior expressão foi na França durante o século XVIII. As ideias defendidas pelos iluministas iam de encontro às aspirações da burguesia, pois criticavam o Antigo regime preparando assim o caminho do movimento revolucionário burguês. Os iluministas criticavam o poder absoluto, o direito divino dos reis, os privilégios de classes, a postura da Igreja católica que sustentava o antigo regime, e o mercantilismo. Sua principal finalidade era modificar nas consciências as instituições civis e religiosas.²⁹

A maioria dos filósofos iluministas foram burgueses com exceção do Barão Montesquieu. Os principais iluministas foram: John Locke que defendia a limitação do poder real. Jean Jacques Rousseau destaca-se por ser o mais democrata dos iluministas e propôs a soberania popular, o estado deveria agir de acordo com a vontade da maioria. Montesquieu era favorável a uma monarquia constitucional e destacou-se por apresentar a teoria dos freios e contrapesos, onde propunha a divisão dos poderes. Voltaire foi o principal defensor da liberdade de expressão, criticou fortemente a igreja condenando os abusos dos sacerdotes.

Em meados do século XVIII foi publicada a Enciclopédia que continha os conhecimentos da época e a função de divulgá-los. Diderot e D'Alémbert organizaram a obra enfrentando a oposição do Estado e da Igreja. A enciclopédia foi a maior publicação da época das luzes apesar das perseguições que sofreu.

No século XVIII temem haver o surgimento de novas teorias econômicas para justificar e colaborar com a manutenção da nova ordem capitalista que surgira. A primeira escola econômica foi a fisiocracia francesa que teve como principal representante François Quesnay. Esta escola criticava o mercantilismo e acreditavam que os fenômenos econômicos obedecem a uma ordem imposta pela natureza. Para a escola fisiocrata, porém apenas a produção agrícola produz riquezas.

Ao mesmo tempo surgiu na Inglaterra a Escola Clássica, onde Adam Smith se destaca juntamente com Stuart Mill, Malthus e David Ricardo. Esta escola se opunha as teorias fisiocratas e tem como princípios fundamentais do liberalismo econômico a existência de leis naturais como a oferta e procura, a livre concorrência, liberdade de contrato, combate ao mercantilismo, e divisão internacional do trabalho. Para esta escola o trabalho é fonte de riqueza.

²⁹ Idem., p. 132.

Texto de aprofundamento

Para muitos historiadores há uma relação clara entre Iluminismo e revoluções burguesas, os revolucionários foram buscar nas idéias iluministas sua justificativas. Esta relação, no entanto tem sido questionada, pois segundo Francisco José Calazans Falcon, “O Iluminismo é aí reduzido a uma espécie de recitativo de grandes pensadores das suas obras principais, ficando sua impotência histórica reduzida ao caráter de manifestação intelectual que expressa as idéias de uma burguesia em ascensão”.³⁰ Assim o Iluminismo é colocado apenas como causa da revolução Francesa, pois teria sido a expressão ideológica da crise do Antigo Regime.

Desta maneira há um questionamento do que sempre se costumou afirmar sobre o Iluminismo, outro posto questionado é quanto ao papel de conscientizador da Europa dato ao pensamento. A Europa não era homogênea e afirmar que ele desperta a consciência do povo europeu é aceitar como verdade histórica, o que na realidade era o projeto dos filósofos burgueses.³¹

Este texto também faz referencia ao trabalho de Robert Danton, intitulado de Boêmia Literária e a Revolução onde se mostra como o pensamento revolucionário chegou as classes populares, através de uma literatura clandestina, panfletos da boêmia. Estes escritos tinham como objetivo destruir os mitos respeitáveis da aristocracia, da igreja e da corte, ou seja, destruir os símbolos do poder através de uma literatura pornográfica que utilizava sensualidade para prender atenção de seus leitores e denunciava a corrupção que existia na sociedade de cima a baixo. Assim a população lia os escritos de vulgarizadores como Raynal, Mercier, Mirabeau em vez das obras dos grandes filósofos talvez por que não tivessem acesso a esta literatura ou por que simplesmente preferiam ler a literatura boêmia.

Este livro apresenta seus textos fundamentais de forma objetiva e resumida contando a sucessão dos acontecimentos através de esquemas ou quadros explicativos, porém em seus textos complementares procura levantar algumas discussões historiográficas a respeito do tema trazendo novos elementos para melhor compreensão de seus leitores. Há também outros quadros com textos que analisam a herança dos acontecimentos para interrogar os alunos a respeito dos temas estudados e sua importância. Este material trabalha com a questão ideológica que perpassa toda a revolução, leva em conta a interpretação e reelaboração da ideologia dominante pelos

³⁰ Idem., p. 132.

³¹ Idem., p. 132.

outros setores da sociedade. No texto de aprofundamento do Iluminismo procura mostra como este chegou até as camadas populares e embora não conclua, abre a discussão sobre como o Iluminismo tem sido visto de maneira resumida descaracterizando sua importância quando é colocado apenas como mais um fator das revoluções burguesas.

Apesar de várias citações bibliográficas não conta uma bibliografia no material e também não há nenhuma proposta nova de trabalho, o livro é rico em textos e apresenta alguns questionários, raramente a alguma figura de cunho meramente ilustrativo e alguns mapas.

Segundo o livro **Toda a História** de José Jobson de A. Arruda e Nelson Piletti,³² os escritores franceses do século XVIII causaram uma revolução intelectual. Suas idéias caracterizavam-se pela importância dada a razão. Eram contra as injustiças, a intolerância religiosa e os privilégios. Por estes motivos o Iluminismo expressou a ascensão da burguesia e de sua ideologia. Teve como referência o Renascimento, pois foi quando se começou a utilizar a razão para compreender o mundo, no século XVIII a razão foi utilizada para entender o homem e a sociedade. Este pensamento se espalhou pelos cafés, clubes e salões literários.

Assim tudo deveria ser racionalizado, acreditavam que através da razão o homem poderia descobrir Deus que para eles estava na natureza o que tornava a Igreja dispensável. A Igreja foi alvo de várias críticas por sua intolerância e por suas ambições políticas.

Os iluministas acreditam que existiam leis naturais que governavam os homens que, portanto todos nasciam bons e iguais às diferenças eram provocadas pela sociedade. Por isto havia a necessidade de transformar a sociedade, dando liberdade de expressão nos cultos, e proteção contra a escravidão e a opressão. Ao governo caberia o papel de garantir os direitos naturais como a liberdade individual, livre posse de bens, igualdade perante a lei.

Os pensadores iluministas foram divididos em dois grupos os filósofos políticos e os economistas. Os principais filósofos políticos foram Montesquieu, Voltaire, Rousseau e Diderot. Montesquieu formulou a teoria dos três poderes como forma para garantir a liberdade. Voltaire combateu o absolutismo e defendeu a tolerância religiosa e a liberdade. Rousseau defendia a bondade natural dos homens os quais eram pervertidos pela civilização, propunha um governo de soberania popular. As idéias deste filósofo

³² ARRUDA J. J. A.; PILETTI, N. **Toda a história**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995. 408p.

foram fundamentais na Revolução Francesa. Diderot organizou a Enciclopédia publicada entre 1751 e 1772 a qual foi proibida pelo governo por divulgar as novas idéias e por isto passou a circular clandestinamente.

Os economistas pregavam a liberdade econômica sem qualquer interferência do governo, pois a natureza é que deveria dirigir a economia. Dividiu-se em fisiocratas, afirmavam que a verdadeira riqueza provém da agricultura e os liberais que afirmavam ser o trabalho a fonte das riquezas.

Há muitos historiadores que consideram a Revolução Francesa parte de um movimento revolucionário global ocidental que começa nos EUA em 1776 e atinge a Inglaterra, Irlanda, Holanda, Bélgica, Suíça e culminam com a Revolução de 1789 na França, porém a Revolução Francesa tem identidade própria, manifestada na tomada de poder pela burguesia, na participação dos camponeses e artesãos, na superação do regime feudal e na preparação do país para caminhar rumo ao capitalismo industrial.

A França Pré-revolucionária encontrava-se com 25 milhões de pessoas das quais 20 milhões eram camponeses, esta população estava dividida em três estados o primeiro estado era o clero, o segundo a nobreza e o terceiro composto por vários seguimentos como a burguesia, os trabalhadores urbanos e os camponeses entre outros.

No plano político a revolução resultou das injustiças do poder absoluto, que privilegiava o primeiro e segundo estado, as custas do terceiro que pagava altos impostos os quais eram maus administrados. Assim o absolutismo se constituía em um entrave ao capitalismo. Os filósofos iluministas denunciavam as arbitrariedades do sistema e a burguesia se encarregava de conscientizar as massas, procurando alcançar seu apoio, pois almejava alcançar o poder político.

Dadas às condições da França pré-revolucionária o capítulo se divide em tópicos, a revolta aristocrática, a revolução burguesa, a revolução popular e a contra revolução. Onde os acontecimentos do processo revolucionário são contados ressaltando as medidas políticas tomadas com suas respectivas datas de forma seqüenciada. Não há mais nenhuma menção ao Iluminismo ou a seu papel no seio de Revolução.

Este é um tipo de material que desestimula o aprendizado por sua linguagem presa a datas, nomes e fatos. Não contém nenhuma proposta de trabalho nova e nem se preocupa em estimular a crítica e a compreensão dos fatos políticos ressaltados. Apesar de afirmar que a burguesia procurou conscientizar as massas em busca de seu apoio, não se preocupa em mostrar qual foi a reação desta massa diante dessa conscientização e

nem como a burguesia procurou fazê-la. Não há citações bibliográficas ou bibliografias para auxiliar na compreensão e assim confirmar os fatos relatados.

No livro de Rubim Leão Aquino, **História das Sociedades**³³ o Iluminismo é visto em apenas um capítulo. O autor cita que o Iluminismo foi um movimento intelectual que teve sua maior expressão na França do século XVIII, fruto de um clima de insatisfação e crise social. A França era o país onde as contradições do Antigo Regime se chocavam com o desenvolvimento do capitalismo. Por isso, no fim do século a burguesia liderando os camponeses e operários lançou-se contra a nobreza e o clero. O pensamento que movia a burguesia para o processo revolucionário era o Iluminismo.

Durante muito tempo a burguesia conviveu pacificamente com a ideologia do Antigo Regime, porém as contradições intensificaram e as estruturas do pensamento vinham sofrendo mudanças significativas desde o século XVII com a Revolução Científica. Isto favoreceu o nascimento de uma nova ideologia liberal e burguesa.

O racionalismo de Descartes no século XVII inspirou o pensamento do século XVIII, que passou a criticar e a rejeitar as velhas instituições como a Igreja e o Antigo Regime. O Iluminismo tinha como temas básicos a Liberdade e progresso do Homem. Por isso que o método de Descartes baseado na Razão foi aplicado na política e na religião exaltando a razão e o progresso em oposição à tradição.³⁴

Em política, o Iluminismo se opunha baseado nos escritos de John Locke ao absolutismo, o direito divino dos reis. Rousseau o iluminista mais democrata chegou a propor a restrição do direito à propriedade para limitar as fortunas. Voltaire se preocupou em atacar a Igreja Católica, sustentáculo do Antigo Regime, defendia uma religião natural baseada na crença de um ser supremo. Outros iluministas como Denis Diderot, Helvetius por sua vez eram ateus e materialistas. Os iluministas se preocuparam em formular as bases para uma nova sociedade que estão expressas em suas obras, as quais são citadas as principais e comentadas de maneira resumida a teoria dos filósofos iluministas, Voltaire, Jean Jacques Rousseau, Montesquieu, Diderot e François Quesnay.

A divulgação das idéias iluministas se deu através de livros e das sociedades intelectuais. A Enciclopédia organizada por Diderot alcançou grande sucesso e as idéias

³³ AQUINO, R. L. A. et al. **História das Sociedades**. 35. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A, 1995. 429p.

³⁴ Ibid., p. 120.

iluministas se propagaram por todo o mundo de forma rápida, especialmente graças a Revolução Francesa

Neste livro a Revolução Francesa é vista como sendo parte integrante de um processo revolucionário maior, as revoluções Liberais também chamadas de Revoluções ocidentais tendo uma fase americana e outra francesa. Desta forma, a uma preocupação de mostrar de forma mais detalhada a situação da nobreza, do campesinato, dos operários e da burguesia. O crescimento demográfico, os aumentos do capital circulante aumentaram ainda mais as desigualdades entre as classes. A burguesia crescia e seu fortalecimento foi reforçado graças ao Iluminismo que havia formulado as bases para um novo regime. Os operários têm seus salários defasados em virtudes de crises econômicas e de problemas climáticos. O fortalecimento da burguesia e o aumento do custo de vida também afetaram a nobreza que para enfrentar o problema resolve cobrar mais impostos ainda dos camponeses e lutar para preservar seus privilégios. O clima de revolta estava em todas as áreas da sociedade.

A Revolução Francesa foi um fenômeno complexo que incluiu várias revoluções durante o processo revolucionário. A revolução aristocrática, a revolução burguesa, a revolução popular e a revolução camponesa, porém embora não tenha sido exclusivamente burguesa, a ideologia direciona todo o movimento revolucionário e o Estado criado atendia os interesses econômicos da burguesia.³⁵

A revolução é fruto da crise social política e econômica pelas quais ao Antigo Regime francês passava no final do século XVIII, o envolvimento com guerras, as más colheitas haviam deixado o país em uma grade crise, a arrecadação de impostos feita apenas do terceiro estado não era suficiente para pagar as dívidas e sustentar os privilégios do clero e da nobreza. O poder absolutista se mostrava incapaz de executar as reformas necessárias, pois a aristocracia o impedia. Os filósofos iluministas atacavam as bases do poder, ou seja, o direito divino dos reis, a igreja e o mercantilismo. A burguesia procurava obter o poder político já que detinha o poder econômico. A solução encontrada para solucionar a crise foi à convocação dos Estados Gerais que deu início a Revolução.

A partir deste ponto o livro se preocupa em dar uma descrição dos acontecimentos mostrando os movimentos dentro do processo revolucionário. Apresenta durante todo o texto comentários e trechos de documentos de época inseridos

³⁵ Ibidem., p. 143.

em pequenos quadros, há também citações bibliográficas e no final de cada capítulo indicações de livros complementares e de filmes. Sobre o capítulo do Iluminismo são indicados como filmes: “A FLAUTA MÁGICA, A RAINHA IMORTAL e AMADUES” sobre a Revolução Francesa foram indicados mais uma lista de onze filmes entre os quais estão “CASA NOVA E A REVOLUÇÃO, DANTON-O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO”. Consta também a bibliografia utilizada pelo autor no final do livro, mas apesar das indicações não há uma proposta de trabalho com os filmes e nem indicações de como estes poderiam ser trabalhados como fontes históricas pelo professor.

Embora, afirme que a ideologia burguesa direcionou todo o processo revolucionário não há uma explicação de como tal fato ocorreu, como e porque as massas deixaram-se dirigir por esta ideologia. Não consta também neste material uma preocupação com esta questão.

No livro de Antônio Paulo Rezende e Maria Tereza Didier, **Rumos da História**³⁶, não há um capítulo destinado ao Iluminismo, ele é apenas mencionado no início do capítulo referente à Revolução Francesa como um movimento que defendia a renovação das instituições e que influenciou os revolucionários. Há apenas mais uma referência a fermentações da revolta feita através de panfletos distribuídos pelos parlamentares que denunciavam as arbitrariedades do poder absolutista para conseguir o apoio popular. As causas da revolução são atribuídas a crises econômicas agravadas pelos interesses distintos de cada seguimento da sociedade. Com o agravamento da crise devido ao envolvimento em guerras, problemas climáticos, os impostos já não eram mais suficientes e para aumentá-los o rei foi obrigado a convocar os Estados Gerais.

Segue-se o capítulo relatando os acontecimentos como lutas de classes. Primeiramente entre os deputados do terceiro estado que se retira da reunião deixando a nobreza e clero conservador para formar a Assembléia Nacional a qual foi obrigada pelas revoltas populares e camponeses a tomar medidas não previstas, pois pretendiam apenas reformar o estado. A Assembléia se torna Assembléia Nacional Constituinte e o rei apesar de tramar juntamente com o apoio estrangeiro contra a revolução é obrigado a aceitar, a constituição.

³⁶ REZENDE, A. P.; DIDIER, M. T. **Rumos da história**. 3. v São Paulo: Atual, 1996. 368p

As classes populares não se conformam com as mudanças já efetuadas e nem com ameaça estrangeira e toma o poder e condena o rei a morte por traição, instala-se o período do terror liderado por Rosbspierre que se comporta como um soberano do Antigo Regime matando todos aqueles que ameaçavam a revolução até mesmo seus antigos companheiros como Danton. Assim a ditadura do terror perde o apoio popular e a alta burguesia retorna ao poder através do golpe do Nono Termidor.

Este livro não trabalha o Iluminismo apenas o cita como uma das causas da revolução sem explicar a teoria de seus filósofos, as propostas para a construção de uma nova sociedade, seu papel na revolução, sua divulgação, nem um destes itens são sequer mencionados. A leitura da revolução francesa também é feita de uma maneira que deixa muito a desejar, limita-se a descrever os fatos e medidas tomadas por aqueles que se encontram no domínio de cada fase do processo revolucionário. Há algumas indicações bibliográficas no final do capítulo e a sugestão de filmes mencionados anteriormente, porém também não se encontra uma proposta de trabalho com estas indicações.

O livro de Gilberto Cotrim, **História Global**³⁷ retrata os estados absolutistas que estavam divididos em classes sociais dentre as quais dominavam nobreza e burguesia. O Estado alimentava-se dos conflitos provenientes delas, uma capitalista (burguesia) convivendo com outra feudal (nobreza), esta contradição chegou a um limite insustentável. A burguesia foi desenvolvendo e este sistema se tornou em um entrave ao seu desenvolvimento esta classe passou então a criticar o Antigo Regime e formular sua própria ideologia. Dizia que um estado só seria poderoso se fosse rico e que para enriquecer ele precisava expandir as atividades capitalistas dando poder e liberdade aos burgueses.

O Iluminismo surgia com princípios econômicos que estavam ligados as atividades burguesas tais como igualdade no comércio no ato da compra e venda, a desigualdade entre compradores e vendedores não tinham importância. Ou seja, deveria existir uma igualdade jurídica, porém esta igualdade não significava igualdade econômica. Tolerâncias religiosas e convicções religiosas não importavam aos comerciantes, seria irracional excluir compradores em virtudes de suas crença. Liberdade pessoal e social, a economia de mercado necessita de uma oferta livre, portanto escravos e servos só impediriam o desenvolvimento desta oferta que

³⁷ COTRIM, G. **História global**. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 1997 p.192

necessitava de trabalhadores assalariados para comercializar. A propriedade privada e o comércio só eram possíveis entre os proprietários de bens ou de dinheiro, por isto era fundamental assegurar o direito à propriedade privada.

Esta nova mentalidade burguesa chocava-se de frente com o Antigo Regime por criticar o poder absolutista que protegia os nobres e clero concedendo-lhes privilégios injustos e inviabilizava a participação burguesa nas decisões políticas. Criticava também o mercantilismo por intervir no comércio, o poder da igreja por se basear em verdades reveladas pela fé o que se chocava com a autonomia intelectual defendida pelos racionalistas e individualistas burgueses.

Os iluministas valorizavam a razão, pois através dela poderia se encontrar a explicação para todas as coisas. Os principais filósofos foram Montesquieu que formulou a teoria da separação dos três poderes. Voltaire que defendia a liberdade individual criticava a igreja e desejava um governo com um monarca esclarecido. Diderot e D'Alémbert que organizaram a Enciclopédia que continha os principais conhecimentos da época. Esta obra influenciou o pensamento político burguês. Jean Jaques Rousseau que expôs a tese que o Estado deve governar de acordo com a vontade da maioria do povo e para o bem deste.

Sobre a Revolução Francesa o autor relata a situação da França Pré revolucionária, como estava dividida a sociedade, a difícil situação do terceiro estado diante dos privilégios do primeiro e do segundo, a crise econômica pela qual passava o país. Destaca que o Iluminismo foi o fundamento filosófico para as revalidações do terceiro estado contra o clero e a nobreza tendo a burguesia como o seguimento mais consciente que o desenvolvimento do capitalismo só ocorreria com uma mudança no Estado. Portanto era importante combater a tudo aquilo que o Iluminismo criticava, a intolerância religiosa, o mercantilismo e os privilégios hereditários da nobreza e do clero.

Este material se preocupa em definir os conceitos tais como classes sócias ideologia, em pequenos recortes feitos ao logo do texto. Vê o Iluminismo como um movimento burguês utilizado para combater o Antigo Regime e conseguir alcançar seus interesses comerciais. Não há uma preocupação com o modo que este pensamento foi divulgado, ele é visto apenas do ponto de vista comercial burguês.

Em todo material didático consultado foi observado que poucos tratam o Iluminismo como uma ideologia. Em sua maioria esta palavra não é sequer mencionada. O Iluminismo é colocado como sendo apenas mais um dos vários fatores como o

econômico, o político e as razões sociais que influenciaram a Revolução Francesa. Assim ele é absorvido pelos alunos de forma superficial. Apesar de alguns autores como o Gilberto Cotrim dar uma pequena definição do que seja ideologia, e do livro do Ricardo mostrar um pouco a maneira pela qual estas idéias se propagaram e foram interpretadas pela sociedade francesa a ponto de surgirem a partir destas, ideologias mais radicais, dentro do terceiro estado. O livro História das Sociedades apresenta o Iluminismo como uma ideologia burguesa que direciona todo o processo revolucionário. Faz-se necessário um estudo mais profundo sobre este tema, visando aguçar a percepção dos alunos em relação à utilização e interpretação desta ideologia. Há algumas propostas novas de trabalho que os livros mais recentes trazem como o de Mário Schmid, Nova História Crítica de trabalhar com a arte como fonte de aprendizado, porém como já foi visto ainda não tem a preocupação de mostrar como este pensamento foi utilizado.

Há uma predominância no material, de uma historiografia marxista, baseada principalmente na obra de Albert Soboul que reduz o tema a uma questão de luta de classes, a um esquema de causas e conseqüências. Dificilmente algum autor menciona o papel do Iluminismo dentro da nobreza. Muitos chamam o Iluminismo de pensamento burguês. Sendo assim é importante nos interrogamos sobre a origem deste pensamento, até que ponto ele se colocava contra o Antigo Regime, como foi disseminado e interpretado dentro da sociedade francesa, qual o papel que ele desempenha na França pré revolucionária e qual o motivo por não esta sendo mais discutido nos livros didáticos.

Capítulo II

Outras visões do Iluminismo

O segundo capítulo procura mostrar outras linhas historiográficas que fogem do tradicionalismo marxista. Têm dois livros principais que estruturam a proposta do trabalho. O primeiro é do historiador François Furet, *Pensando a Revolução Francesa*³⁸ e o segundo livro de BLANNING *Aristocratas versus burgueses. A Revolução Francesa*³⁹.

Do ponto de vista de Furet o historiador da Revolução Francesa deve apresentar além de seus títulos, o lugar de onde fala, sua opinião, o que busca e em função disto ele é classificado como jacobino, monarquista ou liberal. Porém:

apesar de qualquer história implicar uma escolha, em preferência na ordem dos interesses, não se segue daí que ela suponha uma opinião sobre o tema tratado. Para que isto aconteça, é preciso que esse tema mobilize no historiador e em seu público uma capacidade de identificação política ou religiosa que tenha sobrevivido ao tempo que passou.⁴⁰

A identificação é determinada pelos interesses da atualidade. Porém, sempre houve uma busca pelas origens, e 1789 passou a ser a origem determinante de um novo tempo, que põe fim ao Antigo Regime. A Revolução, contudo não tem um fim definitivo, podendo ter vários recortes cronológicos de acordo com os interesses do historiador.

Em seu ensaio Furet nos convida a ver a Revolução Francesa com uma visão diferente da historiografia tradicional e marxista.

Certamente já é tempo de desinvesti-la das significações elementares que ela mesma legou a seus herdeiros para desenvolver-lhe o que é também um *primum movens* do historiador: a curiosidade intelectual e a atividade gratuita do conhecimento do passado.⁴¹

Não como uma relação de causas e efeitos ou como uma oposição de classe e valores (luz x trevas, burguesia x proletariado) liberdade sobre opressão.

³⁸ FURET, F. **Pensando a revolução francesa**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 214p

³⁹ BLANNING, T. C. W. **Aristocratas versus burgueses: A revolução francesa**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1991. 93p.

⁴⁰ FURET, F., op. cit., p. 16.

⁴¹ Ibid., p. 24.

O autor também critica a historiografia comemorativa influenciada pelo existencialismo e pelo marxismo que traz consigo o risco de alimentar profissões de fé e a preguiça de espírito, bloqueiam assim, a historiografia da Revolução.

É enfático ao dizer que essa historiografia deveria exibir não são mais suas cores, mas sim seus conceitos. A história em geral deixou de ser esse saber onde se considera que os “fatos” falam por si mesmos, desde que tenham sido estabelecidos segundo as regras. Ela deve enunciar o problema que tenta analisar, os dados que utiliza, as hipóteses sobre as quais trabalha e as conclusões que obtém. A historiografia da Revolução é a última a constatar isso devido a tendências de relatar as origens e, sobretudo graças ao fato deste relato ter sido investido e canonizado por uma racionalização “marxista”.

Na obra marxista não há essa reflexão, ela contém uma interpretação sistemática da Revolução Francesa; este tipo de entendimento apresenta a vontade de resolver os problemas relacionados à cronologia dos acontecimentos, com a função dos níveis de interpretação pela idéia de ruptura objetiva no tempo histórico faz, com que ocorram absurdos tais como dizer que entre 1789 e 1794 todo sistema político francês foi brutalmente mudado, porque a monarquia desapareceu, entretanto, afirmar que neste período o tecido social ou econômico da nação foi completamente transformado consiste em algo não comprovado.

O marxismo de Jaurès frente à Revolução desloca para o econômico e social o centro da gravidade do problema da Revolução. Ele procura enraizar nos progressos do capitalismo a lenta promoção do Terceiro Estado, cara à historiografia da Revolução, e a apoteose de 1789. Assim procedendo, ele ao mesmo tempo estende à vida econômica e à totalidade do campo social o mito do corte revolucionário: antes, o feudalismo; depois, o capitalismo. Antes, a nobreza; depois, a burguesia.⁴²

Por isto é essencial para conceitualizar a história revolucionária que se comece pela crítica da idéia de revolução, tal como foi vivida por seus atores e veiculada por seus herdeiros. Pois a idéia de Revolução impedia até então qualquer crítica em seu interior, pois foi colocada como uma mudança radical e como a origem de novo tempo. E enquanto essa crítica não estiver presente haverá sempre uma superposição de história mais econômica ou social ou a uma interpretação puramente política.

⁴² Ibidem., p. 27.

Na mesma época em que Michelet concebeu a mais penetrante das histórias da Revolução já escritas sob o modo da identidade – uma história sem conceitos, feita de achados do coração, marcada por uma espécie de adivinhação das almas e dos atores – Tocqueville imagina, e ele foi o único a tê-la imaginado assim, a mesma história, sob o modo inverso da interpretação sociológica.

Tocqueville escreveu uma história da Revolução Francesa, fundada em uma crítica de ideologia revolucionária daquilo que segundo ele é a ilusão da Revolução Francesa sobre si mesma. A obra de Tocqueville constitui-se em uma crítica radical de qualquer história da Revolução fundada na vivência de seus membros. E ele também escapa da história das origens. Essa crítica permanece no campo político, nas relações entre os franceses e o poder.

Tocqueville nos mostra outro método ao trata a Revolução Francesa não como uma ruptura e sim como o desabrochar do passado francês. Segundo ele a Revolução conclui a obra da monarquia. Ela completa esta continuidade nos fatos embora pareça como ruptura nas consciências.

Assim, Tocqueville trabalha com o seguinte problema, a dominação das comunidades e da sociedade civil pelo poder administrativo, seguindo-se à extensão do Estado centralizado. É entre estas relações que ocorre a penetração da ideologia democrática na antiga sociedade francesa e isto fez com que o Estado administrativo reinasse sobre uma sociedade com ideologia igualitária ainda nos tempos da monarquia. Sendo assim a Revolução Francesa foi vista como a aceleração da evolução política e social anterior. Que destruiu não a aristocracia, mas o princípio aristocrático na sociedade.

Tocqueville concebe a Revolução como um balanço e não como um acontecimento, Porém segundo Furet, sua obra é mais importante pelo método que sugere do que pela sua tese, pois Tocqueville morre sem concretizá-la deixando muitas questões sem respostas.

L'Ancien Regime et la Revolution faz com que os historiadores tenham que discutir questões que para eles são indiscutíveis, pois acreditam que a Revolução destruiu a nobreza, quando ela negou seu príncipe, que fundou uma sociedade quando ela afirmou valores; que foi uma origem da história quando ela falou em regenerar o homem.

Se Tocqueville é um caso único na historiografia da Revolução é porque seu livro nos obriga a decompor o objeto da Revolução Francesa, fazendo a seu respeito, um

esforço de conceitualização. Ele quebra com relato cronológico, trata de um problema e não de um período. Com ele a Revolução deixa de falar por si mesma num sentido, ou em outro, como se seu sentido já fosse previamente dado, revelado por sua trajetória. Pelo contrário, ele isola alguns dos seus elementos, especialmente o processo de centralização administrativa sobre o antigo regime e sua influência no que poderia ser chamada a democratização da sociedade.

Este tipo de interpretação recobre um período mais longo do que o estudo da Revolução como advento de um novo tempo, pois esta análise que faz de 1789 um recorte cronológico absoluto, leva-se a entender a Revolução como uma necessidade, uma ruptura no tempo. Em função disso, o conceito dominante de Revolução Francesa na historiografia tradicional, é mais uma máscara, por se esconder atrás de pressupostos, tais como: a ruptura do tempo e o da necessidade histórica.

Para entendermos estas afirmações faz-se necessário um estudo de como estava a sociedade pré Revolução e sobre sua ideologia. “A monarquia administrativa, esvaziada de sua substância viva, a sociedade de ordens e abre caminho menos para a igualdade de condições do que para a igualdade enquanto valor”⁴³.

Tocqueville não nos dá todas as respostas para as interrogações que sua obra suscita. Como por exemplo, por que a continuidade entre o Antigo Regime e o Novo tornou as vias de uma Revolução. Em seu livro *III de L’Ancien Regime* há, todavia indícios para a resposta desta questão como a substituição dos homens políticos pelos intelectuais na França do Século XVIII ou a generalização para todas as classes de um estado de espírito democrático.

Estes tipos de acontecimentos são de natureza política e ideológica, por isto não podem ser estudados dentro de uma relação de causa-efeito em termos de contradições econômicas segundo o modelo marxista tradicional uma vez que surge uma modalidade prática e ideológica de ação social que não está inscrita em nada que a precedeu.

Há, portanto na Revolução uma nova prática e de consciências históricas ligadas a uma situação sem ser definida por ela. É esse conjunto que se trata de propor uma interpretação em vez de proceder como se a consciência revolucionária produto normal de um descontentamento legítimo, fosse a coisa mais natural da história humana, como coloca a historiografia marxista. Esta historiografia não se distancia da consciência revolucionária, porque partilha de seus valores, sendo assim, não consegue ver o que há

⁴³ FURET, F., 1989, p. 38.

de mais inovador na Revolução Francesa, ou seja, o que ela considera absolutamente normal.

Nem o capitalismo nem a burguesia tiveram necessidade de revoluções para aparecer e dominar na história dos principais países europeus do século XIX. A França é esse país que inventa, pela Revolução, a cultura democrática.

Se a Revolução é invenção de equilíbrio e se ela coloca em movimento tantas forças inéditas a ponto de transformar os mecanismos tradicionais da política é por se instalar em um espaço vazio, ou melhor por proliferar em uma esfera até ontem proibida e subitamente invadida do poder.⁴⁴

Para compreendermos isto é necessário entender um dos movimentos precursores da Revolução Francesa, a revolução ocorrida na mentalidade e na cultura francesa, causada pelo Iluminismo que transpôs as barreiras do tempo e os limites da França. Esta mudança começa a ocorrer bem antes de 1789 e continua para além do período revolucionário, pois, a França não dorme absolutista e acorda revolucionária e iluminista de um dia para a noite, como alguns colocam, sem terem a preocupação de estudarem este processo.

O que possibilitou este efeito iluminista dentro de um Estado Absolutista, foi à excessiva centralização do poder monarca feita pela dinastia Borbon ao longo de décadas e gerações, juntamente com a má administração e a corrupção no reinado de Luiz XIV. Luiz XIV tinha afirmado que o “Estado sou eu”. Seu sucessor, Luiz XV, continuou centralizando o Estado em torno de si afirmando:

É em minha pessoa que reside o poder soberano [...]; é a mim sozinho que pertence o poder legislativo, sem depender de ninguém e sem partilhá-lo; [...]. A ordem pública inteira emana de mim, sou seu guardião supremo; meu povo é apenas um comigo, e os direitos e os interesses da nação [...] estão necessariamente unidos aos meus e repousam apenas em minhas mãos.⁴⁵

Ao longo deste período a sociedade de classes (ou ordem) foi deixando de ter seus meios de comunicação com o Rei em virtude da centralização. Desta forma o casal Rei x Nação⁴⁶ deixaram de ter concordância entre si. A monarquia estava corrompida e já

⁴⁴ FURET, F., 1989, p. 39.

⁴⁵ APPEL, M.B. et.al. (orgs.) **Caminhos para a liberdade. A Revolução Francesa e a Inconfidência Mineira (as letras e as artes)**. Rio Grande do Sul: UFRGS – PUCRS – FAPERFGS, 1992. p. 5.

⁴⁶ FURET, F. op. cit. p. 50.

⁴⁷ APPEL, M.B. et.al., op. cit. p. 5.

⁴⁸ HOBSBAWM, E. J. **A Revolução Francesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000. p.13

⁴⁹ FURET, F. op. cit., p. 40.

não representava mais uma ordem respeitosa, pelo contrário, era um dos alvos principais dos esclarecedores, que de forma satírica denunciava sua corrupção ao povo. A igreja também era satirizada e tinha sua autoridade contestada. A nobreza estava falida e com suas funções anuladas dentro do governo “A monarquia absoluta, conquanto inteiramente aristocrática e até mesmo feudal no seu *ethos*, tinha destituído os nobres de sua independência e responsabilidade políticas e reduzido ao mínimo suas velhas instituições representativas ‘estados’ e *parlements*.”⁴⁷ É por esta ordem então, que o pensamento Iluminista começa a atuar. São os aristocratas que lêem os escritos dos filósofos e até os auxiliam, como no caso de Voltaire.

É assim que começa a existir a vacância do poder. Porém a situação revolucionária caracteriza-se também “por um sistema de representações compartilhadas pelos atores sociais.”⁴⁸

Há na consciência revolucionária a ilusão de vencer um Estado que já não mais existe de fato, que apenas tenta manter sua imagem de poder absoluto. A Revolução desde o início tem uma crescente valorização da idéia em detrimento da história real como se ela tivesse a função de reestruturar através do imaginário o conjunto social despedaçado. “Liberado do cimento do Estado e das amarras do poder que mascarava sua degradação a sociedade recompõe-se no plano da ideologia”.⁴⁹

Desta forma, a Revolução dá origem a política democrática como ideologia nacional. Esta política se define por um sistema de crenças que constituiu a nova legitimidade nascida Revolução, segunda a qual o “povo” para instaurar a liberdade e a igualdade que são finalidade da ação coletiva, deve romper com a resistência de seus inimigos.

Pode-se observar que a sociedade francesa do século XVIII “Encontra-se numa busca desesperada de mandatários”, busca ter alguma atuação política. “Ela é desenvolvida demais para manter-se como no século precedente, silenciosa e obediente ao Estado” Tenta em função disto reativar alguns circuitos tradicionais como o parlamento, os quais, no entanto se mantêm no conservadorismo⁵⁰ condena a enciclopédia, Emílio e o infeliz Calas não se mostra para uma sociedade esclarecida como os melhores mandatários.

⁵⁰ Ibid., p. 41.

⁵¹ Ibidem., p. 52.

Em outros países a própria monarquia implanta muitas idéias iluministas e conseguem graças a elas aumentar seu poder. Mas o sistema francês se recusa a aceitar as inovações propostas pelo movimento das luzes que se disseminam por todas as esferas sociais por vários meios, principalmente, pela Boemia Literária, já que o povo não tinha acesso aos grandes salões e nem aos escritos dos filósofos. Mas, não podemos esquecer que a França era entre as nações desta época, uma das mais letradas, auxiliando com isso a rápida difusão das idéias que iam de encontro aos anseios de uma população castigada pelo sistema absolutista.

Desta forma “a sociedade do século XVIII foi progressivamente substituindo as representações legais (como o parlamento) por outros porta-vozes”⁵¹ os filósofos e homens de letras. Aos olhos de Tocqueville a monarquia destruindo as antigas liberdades e as funções políticas da nobreza, sem permitir em contrapartida, a formação de uma classe dirigente em outras bases, sem querer erigiu os escritores em substitutos imaginários dessa classe. A literatura assume desde então a funções política.

Os homens de letra, todavia exercem sua função apenas na prática imaginária, sem qualquer prática de poder. Os franceses “privados de verdadeiras liberdades lançam-se a liberdades abstratas incapazes de experiências coletivas sem meios de experimentar os limites da ação orientam-se sem saber para a ilusão da política”.⁵²

Esta brilhante análise de Tocqueville que esclarece tanta coisa sobre o papel desempenhado pela função dos intelectuais no debate político francês desde o século XVIII, não é suficiente, entretanto, para explicar as condições sociológicas nas quais se formam os elementos da futura consciência revolucionária, falta a essa intuição geral o exame das mediações pelas quais se exerce sobre a sociedade o novo poder de opinião, ao lado do poder propriamente dito. Pois essa sociedade produziu e manteve ao lado da antiga uma nova sociabilidade política, que só espera uma oportunidade para ocupar a cena: essa é a descoberta de Augustin Cochin.

Augustin Cochin outro Historiador estudado por Furet que também morreu antes de terminar sua obra, trabalha com a Revolução como processo e descontinuidade, ruptura, a quebra do tecido político, a vacância do poder, o reino substitutivo da palavra democrática, a dominação da sociedade em nome do povo. Ele busca o advento torrencial da ideologia democrática.

⁵² Idem. p. 53.

A sociabilidade política pode ser definida pelo modo organizado de relações entre os cidadãos e o poder, ou entre os próprios súditos a respeito do poder. A monarquia absoluta tem uma certa sociabilidade através da qual a sociedade se comunica e negocia com ela. No século XVIII estes circuitos de comunicação não estavam funcionando mais, pois a própria monarquia os esvaziou dos seus próprios significados. Contudo, no fim de sua existência ela recorre à imagem de uma sociedade que fez de tudo para destruir, esta imagem teórica não consegue mais se comunicar com a sociedade real.

A sociedade real se constitui em outra parte longe dos circuitos tradicionais, o mundo da sociabilidade política, estruturada a partir do indivíduo sobre a opinião que é produzida nos cafés, nos salões, nas lojas maçônicas, domínio das discussões filosóficas e iluministas. Essa sociabilidade democrática se difunde horizontalmente no nível de uma sociedade desagregada, onde um homem se iguala ao outro.

Nestes lugares onde se produz a opinião a qual se torna uma maneira pouco clara de dizer que algo se recompôs sobre o silêncio dos interlocutores internacionais da monarquia, a partir de novos princípios e ideais.

Assim, essa sociabilidade democrática, começa a recompor o corpo social que se encontra desestruturado, assume o papel integrador do Estado no nível intelectual através dos ideólogos da nação⁵³. Entretanto, não podemos esquecer que esta sociedade de pensadores se organiza em um universo paralelo, fora das instituições tradicionais por serem incompatível com a ordem antiga “eles não são mais preexistentes à sociedade, núcleos indivisíveis e constituintes da organização hierárquica”⁵⁴ (que se justificava pelo direito divino dos reis ou pela alienação decorrente do contrato social). São produtos da sociedade mas de uma sociedade emancipada do poder, que refabrica sobre si própria o tecido social e político a partir do individual. Essa sociabilidade democrática fabrica a opinião entre os franceses, não à ação, uma opinião que não se apodera da ação (por enquanto). Ela constrói uma imagem substitutiva do poder sobre o poder absoluto. Não que a monarquia seja absoluta como acreditavam e apresentava ser, porém passava essa imagem de poder absoluto não compartilhado, e é este poder que não podia ser dividido que a sociedade ou o povo deveria conquistar.

Por este motivo há uma conspiração de todos os lados da sociedade. Para a sociedade esclarecida a conspiração dos ministros, para administração monarca a

⁵³ APPEL, M.B. et al., op. cit. pg.7.

⁵⁴ FURET, F. op. cit., p. 54.

conspiração das farinhas ou dos homens de letra. A monarquia então, vem bloqueando todos os esforços de reorganização do sistema político e mais particularmente o estabelecimento de um regime representativo.

Embora a sociedade estivesse neste estado onde podemos ver os elementos essenciais da consciência revolucionária não podemos reconstruir todo século XVIII apenas à luz de 1789 a 1793, pois apesar de sua existência isto não significa que esta consciência estivesse cristalizada. Os dois tipos de sociabilidade coexistem ainda pacificamente no início do 1789.

O esclarecimento social proveniente da sociabilidade democrática mostra que existe um poder a ser tomado e que as pessoas devem lutar para tomá-lo. É neste contexto que surge a ideologia revolucionária cuja função é a de selecionar homens.

Quando os franceses são chamados por Luiz XVI a redigir seus Cahiers de queixas e a enviar seus deputados a Versalhes.

Ao estudar os Cahiers observa-se a ausência de uma linguagem democrática. Os Cahiers da nobreza contém um vocabulário mais iluminista do que o do Terceiro Estado que se limita a queixas de impostos. Portanto dentro dos Cahiers não podemos encontrar quase nada que prefigure a futura ideologia revolucionária. Isto porque os Cahiers se inscrevem maciçamente no interior da velha estrutura do poder. O que esta fora deste contexto tradicional é que estas consultas implicam em uma eleição que não será de forma alguma como a de 1614. Esta eleição dá lugar a

uma competição política: sinal de que, para além do que é dito “unanimemente” nos Cahiers, existe um poder a ser tomado, e pessoas que lutam para toma-lo. É precisamente nesse nível, e nessa batalha, que aparece a ideologia revolucionária, cuja função é selecionar homens, já que a elaboração das queixas não o providenciou.⁵⁵

A Revolução necessita de desenvolver-se enquanto idéia, a possibilidade de confiscar em seu proveito a interpretação da vontade do povo. E dentro desta concepção que ocorrem as lutas pelo poder que foi abandonado pela autoridade tradicional.

Isto pode ser claramente observado se

deslocar o começo da Revolução Francesa para o início de 1787 e a reunião dos Notáveis: esse deslocamento cronológico apresenta a dupla vantagem de datar mais exatamente a crise dos poderes tradicionais, e de integrar o que se costuma chamar “revolução

⁵⁵ FURET, F., pg. 58

aristocrática” à Revolução propriamente dita. Na teoria e na prática a monarquia absoluta morre nesse ano, quando os intendentess têm que dividir suas atribuições com assembléias eleitas, no interior das quais o Terceiro Estado tem uma representação dupla; não é somente a “aristocracia”, ou os parlamentares, que se precipita no vazio criado pelo desmoronamento rápido de sua autoridade, mas toda a sociedade política.⁵⁶

Para Tocqueville a aparição do verdadeiro espírito revolucionário data de setembro de 1788. Para Furet esta definição coincide com a sua delimitação da evolução das idéias no fim de 1788. “No começo, só se fala de melhor ajustar as relações das classes; mas logo se está andando, correndo, precipitando em direção à idéia da pura democracia. No início, é Montesquieu que é citado e comentado; no fim só se fala de Rousseau. Ele se tornou e vai permanecer como o preceptor único da Revolução na sua primeira idade”.⁵⁷

Lembrando que segundo Rousseau para garantir a vontade geral, ou seja, a soberania do povo é necessário que haja representatividade. Embora as idéias de Rousseau nunca tenham sido empregadas na profundidade que ele as teve, foi pelo seu pensamento que a revolução mais se direcionou. A idéia de igualdade entre os homens não significou para todos os revolucionários que realmente um homem em igual ao outro em todos os aspectos mais que “nasciam iguais em direito, mas a história os faz desiguais”⁵⁸. Segundo Rousseau o povo “não pode, por definição, alienar seus direitos a interesses particulares: deixaria no mesmo instante de ser livre. A partir desse momento, a legitimidade (e a vitória) pertence àqueles que figuram simbolicamente sua vontade e que conseguem monopolizar sua instância.”⁵⁹

Os acontecimentos de 1788 se constituíram

uma vacância global do poder. Eles desencadeiam a guerra de classes por esse mesmo poder, em torno das modalidades de representação nos estados, abrindo assim um campo sem limites no movimento das idéias e das paixões sociais. É exatamente nessa abertura que se precipita a ideologia da democracia pura, mesmo se, até a primavera de 89, ela ainda não domina o terreno.⁶⁰

⁵⁶ FURET, F., pg. 59.

⁵⁷ FURET, F., pg. 60.

⁵⁸ HOBSBAWM, E. J., p. 18

⁵⁹ FURET, François. op. cit., p. 64

⁶⁰ Ibid., p. 60

Esta sociabilidade política chegou ao fim de seu convívio pacífico em 89. Pois apesar do poder estar disponível a mais ou menos dois anos até este momento este fato não tinha sido percebido

Tudo muda, desse ponto de vista, com os acontecimentos de maio, junho e julho. A vitória do Terceiro Estado contra o rei, a capitulação das duas primeiras ordens, o 14 de Julho, o imenso despertar popular que o precede e que o segue, saem claramente do quadro da antiga legitimidade. Os pensamentos e as palavras são liberados não somente da censura e da polícia – que cria o consentimento espontâneo a instituições seculares: o rei não é mais o rei, a Igreja não é mais a igreja. Aliás, a irrupção das massas populares na cena da história oferece à pedagogia política um público novo e imenso, cuja expectativa transforma as condições de comunicação social. Discursos, moções, jornais não são mais prioritariamente destinados à atenção das pessoas instruídas, mas submetidos a arbítrio do “povo”. A Revolução inaugura um teatro onde a palavra, liberada de proibições, procura e encontra um público definido por sua falta de densidade. Esse duplo deslocamento das regras do circuito simbólico que envolve e protege o poder é o fato maior da primavera de 89.⁶¹

A Revolução Francesa como cristalização coletiva de certo numero de traços culturais constituía uma nova consciência histórica. Ela se caracteriza

Por uma situação onde o poder aparece a todos como vazio, livre, intelectual e praticamente. Na antiga sociedade, era o contrário: o poder estava ocupado, por toda a eternidade, pelo rei, nunca estava livre, senão através de uma ação ao mesmo tempo herética e criminosa, sendo aliás proprietário da sociedade, árbitro de seus fins. Ei-lo agora somente disponível, mas propriedade da sociedade, que deve investi-lo, submete-lo a suas leis.⁶²

O poder é do povo e em nome da vontade geral é que ele deve ser escondido. “assim, ela se condena a fazê-lo existir somente através da opinião. A palavra substitui o poder como única, garante através do poder não pertencer senão ao povo, ou seja, a ninguém”.⁶³ Por isto é que há as disputas entre aqueles que se vêem como os representantes legítimos da vontade do povo. Isto provoca uma ação suicida dos revolucionários que querem para a revolução em seu proveito contra o seu vizinho. Não há uma preocupação de se estrutura novamente o estado e por um fim, mas Revolução e estabeleceu a união entre aqueles que fizeram a revolução.

A Revolução faz com a luta de interesses pelo poder se torne uma competição de discursos, já que o poder está na palavra pela apropriação da legitimidade.

⁶¹ Ibidem., p. 61.

⁶² Idem., p. 63.

⁶³ Idem., p. 63.

Se a Revolução Francesa vive em sua prática política, as contradições teóricas da democracia, é por inaugurar um mundo onde as representações do poder são o centro da ação, e onde o circuito semiótico é mestre absoluto da política. Trata-se de saber quem representa o povo, ou a igualdade, ou a nação: é a capacidade de ocupar essa posição simbólica e de conservá-la, que define a vitória.⁶⁴

Dentro deste contexto a conquista do poder necessita da boa utilização da ideologia, através de todas as esferas possíveis, por isto a criação de símbolos foi tão rica nesta época.

O segundo é do autor BLANNING, T. C. W., **Aristocratas Versus Burgueses: A Revolução Francesa** fala que poucos acontecimentos históricos têm provocado tanta controvérsia quanto a Revolução Francesa. As origens, o caráter e as conseqüências da Revolução têm sido temas de uma literatura volumosa, principalmente a partir dos anos 1950, tendo havido intensa discórdia entre os historiadores a esse respeito.

Neste livro, o autor expõe as diversas interpretações proposta por historiadores marxistas e revisionistas a fim de propiciar aos pesquisadores o acesso ao estado atual da controvérsia. Blanning é pesquisador-adjunto do Sidney Sussex College de Cambridge, professor universitário e editor do *The Historical Journal*.

O livro está dividido em 4 capítulos, os quais encaminham a trajetória do surgimento da Revolução Francesa, bem como apresenta os impactos e as conseqüências da mesma na história posterior. Conta ainda com uma Bibliografia comentada que apresenta um panorama da historiografia, das interpretações marxistas, sobre o Antigo Regime, a Economia, a sociedade, governo e política, sobre o Iluminismo, apresenta também a crise do mesmo para daí ocorrer a Revolução, e por fim as conseqüências dessa Revolução.

1. Síntese da Introdução:

A história da Revolução Francesa tem sido um palco de disputa entre aqueles que acreditam sê-la uma Revolução Burguesa e os que são contra essa existência clássica (marxista) das origens da Revolução.

Em um trabalho sobre Georges Lefebvre, Cobban apresenta um resumo de sua obra, onde situa a causa essencial da Revolução numa crescente discrepância entre a reivindicação pública e a realidade econômica. O antigo Regime era dominado pelos

⁶⁴ Idem. p. 64.

primeiros Estados: o clero e a nobreza, portanto eles é que ocupavam as torres de comando do Estado e da Sociedade e eram eles que desfrutavam de todo prestígio. Neste sentido, quando se fala de reivindicação pública e realidade econômica, tem que se levar em conta que a representatividade dessa sociedade reivindicadora era mínima pois a mesma não detinha em suas mãos o poder econômico e muito menos o social, porém com o declínio do sistema feudal essa realidade tornar-se um anacronismo, pois isso propicia o surgimento do comércio e conseqüentemente da indústria que por sua vez cria em si uma nova classe, que não pode ser classificada naquele antigo regime, que são os burgueses. Neste período estava instaurado mais um problema para a aristocracia, uma vez que cada vez mais numerosa, próspera e auto-confiante, essa burguesia se sentia ameaçada pela crescente exclusividade de seus superiores sociais, a aristocracia, e se tornava cada vez mais difícil tolerar a indefinida posição de subordinados.

Inusitadamente foram os próprios nobres quem deu passagem para que os burgueses se estabelecessem como classe social neste período, uma vez que esses nobres atacaram a monarquia absolutista, como comentou Chateaubriand, “os patrícios iniciaram a Revolução, os plebeus a completaram”.

Neste sentido, a Revolução Francesa representou o estágio decisivo no avanço do feudalismo ao capitalismo e dessa forma ao mundo moderno. Faz-se necessário salientar que esta revolução desencadeou um processo revolucionário em toda a Europa, e cada país teve seu processo, respeitando as vivências de cada lugar e suas necessidades, o que transformou a Revolução Francesa num marco histórico, foi a sua velocidade, violência e abrangência. Este radicalismo se devia a dois processos inter-relacionados. Em primeiro lugar, havia a decidida ação de retaguarda sustentada pelas ordens privilegiadas e seus aliados estrangeiros. Em segundo lugar, a ajuda crucial que os burgueses, essencialmente tímidos, recebiam das massas urbanas e dos camponeses, a Revolução teria se encerrado, no mais tardar, em 1791. Foi somente a pressão insistente de baixo que os levou a destruir o feudalismo em sua totalidade.

Contudo, ainda que possam ser identificados cordões sociais isolados, não eram entidades discretas mas estavam tecidos numa totalidade sem costuras. Tal como os atos de uma peça teatral ou os movimentos de uma sinfonia, as revoluções camponesas ou urbanas apenas adquirem significado quando encaradas como partes de uma revolução uma e indivisível. Conforme escreveu Albert Soboul, que substituiu Lefebvre nas aulas de estudos revolucionários franceses na Sorbone, “não existiram três revoluções em 1789, mas apenas uma única, burguesa e liberal, com apoio popular e principalmente com apoio

camponês”. Embora subjetivamente as massas possam às vezes ter se manifestado como anticapitalista e em conflito com a liderança burguesa, objetivamente sua participação levou a Revolução à sua meta – a eliminação do feudalismo.⁶⁵

Apesar de a burguesia levantar a bandeira dos Direitos Humanos e da participação de todos no processo político e econômico da sociedade francesa, a realidade estava contida no desejo de manterem o regime antigo, sem permitir que houvesse mudança hierárquica, sempre visando frustrar as aspirações genuinamente igualitárias e democráticas das massas, à medida que o tempo passava permitiam que seus interesses de classe se mostrassem nus através da roupagem cada vez mais reveladora da retórica revolucionária.

A burguesia se mostrava “atenta” aos clamores das massas apenas por sentirem que sozinhos não seriam capazes de realizar um golpe, e isso se torna claro quando em 1830, com a Revolução de Julho, que derrubou o último Bourbon, ela se sente segura, e não se preocupa em representar alguém a não ser ela mesma. Ou seja, ao cabo dessa revolução, ela deixa cair a máscara que até então usava, e passa a usufruir daquilo que sempre desejou quando inflamou a revolução que era tornar-se dominante, e não dominada, como dantes.

Foi contra esta “interpretação clássica”, como Soboul a denominou, que os revisionistas lançaram uma série de ataques. O primeiro dos ataques foi a natureza da transformação social e econômica ocorrida no século XVIII. Não se questiona que a economia se tivesse expandido, o que se questiona é que ela tenha intensificado o conflito de classe entre a nobreza e a burguesia. Porque a leitura que se faz é que na realidade os burgueses não tinham desejo de acabar com a nobreza, ao contrário desejavam tê-la. E isso se deu devido ao grande número de cargos enobrecidos estarem à venda. Devido a esse levante de “nobres” longe de ser uma casta cada vez mais fechada, a nobreza francesa era uma elite aberta.

Neste sentido, percebe-se que a reação aristocrática foi apenas um mito, pois a eles se juntaram todos os burgueses endinheirados, mudando assim, a característica desta casta em específico. Os revisionistas salientam também a heterogeneidade da nobreza e da burguesia. Tão diversos eram os membros de cada grupo em termos de riqueza, posição social e perspectiva que nem constituíam uma classe. Ao contrário, os

⁶⁵ BLANNING, T. C. W. **Aristocratas versus burgueses: A revolução francesa**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1991, p. 08.

escalões superiores de cada um se juntaram para formar uma elite singular “os notáveis”, unificada pela opulência e capacidades.

Devido aos problemas políticos enfrentados pelo antigo regime, é que acarretou a crise declinando à Revolução Francesa. A primeira crise decorreu da bancarrota financeira da monarquia, a segunda originou-se mais imediatamente do fracasso geral da colheita de 1788, mas com origens mais remotas na pressão demográfica e na recessão que se havia iniciado nos anos 1770. Foi a fusão dessas duas crises na primavera e no verão de 1789 que possibilitou que a massa de descontentes se tornasse crítica e convertesse a crise numa revolução.

Neste sentido o que se seguiu não foi uma luta de classe, mas uma luta política pelo poder, pois a representatividade política da burguesia nos Estados-Gerais era restrita, a maioria era de notáveis e, portanto, a França que queriam criar era governada por eles e para eles.

Existem diversas explicações possíveis para o seu fracasso – pelo menos a curto prazo – em atingir este objetivo. Havia a divisão artificial entre nobre e plebeu criada pela forma de organização dos Estados-Gerais. Houve a intervenção imprevista e indesejada das massas, que impeliu a burguesia a salvar sua própria pele através da canalização da revolta popular contra os bodes expiatórios aristocratas. Havia a incapacidade temporária tanto dos nobres como dos burgueses em transporem a retórica na consideração de seus reais interesses. Havia as dificuldades econômicas persistentes que mantinham o caldeirão da agitação social em ebulição. Talvez ainda mais crucialmente, havia a recusa do rei em desempenhar o papel a ele atribuído pelos notáveis, que por sua vez permitiram que um grupo de radicais políticos levasse a França a uma guerra estrangeira.

Apesar de todas estas explicações o que se sabe é que a Revolução foi arrancada de seu curso, e seguiu caminho próprio, como uma bússola girando loucamente, que levou à abolição da monarquia, à execução do rei e da rainha, ao ataque ao catolicismo, à contra-revolução, à guerra civil e à externa, à ditadura revolucionária e ao Terror. Mas o golpe de Estado do Termidor trouxe os notáveis de volta à ponte de comando, desta vez para sempre.

A França certamente experimentou, no devido tempo, um processo de modernização que, em certos aspectos, pode ser chamado de burguês – a criação de um mercado nacional, a urbanização, industrialização, alfabetização em massa e assim por diante -, mas ela o fez apesar do legado revolucionário, e não devido a este. O

verdadeiro destruidor do Antigo Regime não foi a Revolução, mas a rede ferroviária construída mais de meio século depois.

Não é intenção de Blanning de apresentar uma conclusão sobre a Revolução Francesa, mas apenas de apresentar novos fatos que podem dar subsídios para mais e mais pesquisas, pois segundo ele, é muito difícil de conceituar a Revolução Francesa, pois aqueles que tentam defini-la apenas conseguem confundir e serem confundidos.

2- Origens: O Antigo Regime

2.1- Crescimento econômico e problemas econômicos

“A causa essencial da Revolução”, escreveu Albert Soboul, “foi o poder de uma burguesia chegada à sua maturidade e confrontada por uma aristocracia decadente que se agarrava tenazmente aos seus privilégios”. Os fenômenos inter-relacionados de condições meteorológicas mais favoráveis, crescimento da produção agrícola e crescimento demográfico criaram as condições necessárias para a manutenção da expansão econômica.

Um dos fatores foi a construção de redes de estradas arteriais da Europa, reduzindo as distâncias e contribuindo para a formação de um mercado nacional. Em consequência houve uma rápida expansão da indústria rural, a produção de ferro e a extração de carvão também registraram espetaculares acréscimos percentuais.

Outro fator foi o comércio ultramarino, que estabeleceu entre os mercadores um quase-monopólio do comércio com o Oriente. O setor colonial, também foi um dos grandes propulsores que alavancaram a economia francesa.

O Antigo Regime da França era uma soma de duas economias – as costas marítimas prósperas e em expansão, juntamente com suas raras hinterlândias, e a grande massa do interior, retrógrada, tradicionalista e subdividida em mercados locais fortemente autárquicos. Mesmo os setores mais glamurosos, como o comércio colonial reexportador, não dispunham de poder suficiente para levar o restante da economia ao crescimento auto-sustentado.

Um importante obstáculo ao fluxo de capital e à iniciativa de um setor para o outro era a natureza primitiva das instituições financeiras. O Antigo Regime não conheceu nenhum banco oficial, nenhum banco privado independente do comércio, nenhuma bolsa de fundos públicos e virtualmente nenhuma companhia por ações.

O setor manufatureiro, também se encontra numa base muito frágil e retrógrada, uma vez, que se examinam as técnicas de produção e elas se revelam atrasadas com relação ao setor industrial da Europa toda, seja pelo processo manufatureiro em si, seja pelas máquinas que eram dos tempos da realeza.

Mais significativo ainda era o atraso da agricultura, já que aproximadamente 85% da população francesa vivia no campo. A maior parte do crescimento se devia a uma expansão da área cultivada, à aração de terras anteriormente ociosas e não a um crescimento na produtividade. A maior parte da agricultura francesa permanência bloqueada no “círculo infernal do *pousio*” que se traduzia num sistema de rotação, mas que não tinha como objetivo o crescimento produtivo. Dentro desse quadro havia pequenas oportunidades e pouco incentivo ao empenho na modernização agrícola necessária para viabilizar a industrialização. Não que houvesse uma estagnação total da produção agrícola, mas a falta de incentivos trouxe prejuízos à produção agrícola e sua modernização.

Com as condições de mercado limitadas pelos fatores inibidores anteriormente apresentados e com a pressão da população criando uma fila interminável de aspirantes a arrendatários e parceiros, o caminho fácil para a renda adicional era através de parcerias de terra enormes e aluguéis mais elevados.

Assim, a economia francesa do século XVIII continuava predominantemente tradicional, e é difícil perceber como se poderia nela identificar o poder de uma burguesia chegada à sua maturidade. Isto se mostra ainda mais difícil quando se consideram as reais aspirações dos burgueses. Não eram os setores capitalistas da economia que os traíam, mas as formas essencialmente não-capitalistas de riqueza patrimonial: terra, propriedade urbana, cargos venais e ações do governo.

Outro fator era uma quantidade surpreendente de nobres capitalistas empreendedores e inovadores, que estavam estabelecendo a marcha da promoção da mudança econômica: em seus aspectos mais modernizastes, o capitalismo comercial estava mais nas mãos dos nobres do que nas dos burgueses; neste sentido vemos nessa dinâmica a troca de papéis, enquanto os burgueses que lutaram por uma revolução, por uma mudança nos valores sociais, com suas ações econômicas pronunciavam o desejo de se manter o antigo regime, enquanto que os nobres, tendo em vista as novas formas de comércio de indústria se lançam ao mundo capitalista.

2.2- Conflito social e fusão social

Com os papéis trocados entre nobres e burgueses fica difícil encontrar muita evidência de conflito de classes entre eles. Na verdade fica difícil até identificá-los como classe, quer adotemos uma definição marxista de classe baseada na função econômica e na consciência de classe, ou numa definição mais geral como a proposta de Marc Bloch, que considerava como da mesma classe aquelas pessoas “cujos modos de vida fossem bastante similares e cujas circunstâncias materiais fossem próximas o bastante para não criar nenhum conflito de interesse”, pois classificar um em detrimento ao outro pelo poder aquisitivo estava fora de questão uma vez que havia nobres pobres como um rato de igreja, quanto burgueses ricos como reis. Portanto procurar a definição de classes sociais neste período é bem inconsistente.

Portanto, dizer que houve uma reação aristocrática quanto à presença da burguesia no cenário social do século XVIII, seria imprudente, o que ocorreu neste período foi uma revisão vertical das obrigações senhoriais, pois esta se devia mais à comercialização do que a qualquer iniciativa feudal. Medidas que à primeira vista traem a exclusividade do *status* nobre revelam-se contrárias não aos não-nobres, mas a outros nobres.

Qualquer que seja o ponto de partida fica claro que, longe de combater os nobres, os burgueses procuravam se junta a eles. Era fácil fazer isso, desde que o aspirante tivesse dinheiro suficiente. A rota mais rápida era através da compra do cargo de “secretário do rei”, uma sinecura venal que conferia nobreza imediata e hereditária ao comprador e sua família. Neste sentido, observa-se, que houve “uma certa” aristocratização da burguesia.

2.3- O Iluminismo

Na perspectiva da história social, o Iluminismo é um estágio historicamente importante no desenvolvimento burguês ocidental. As idéias centrais do Iluminismo são identificadas e consideradas como correspondentes às características essenciais da economia de mercado que produziram a burguesia.

A história do pensamento social na França do século XVIII é acima de tudo a história do desenvolvimento e da difusão da ideologia burguesa e a história da preparação ideológica da revolução burguesa. Tudo o que pode ser feito é chamar a

atenção para as ressalvas mais importantes que sugerem que o Iluminismo francês não teve uma identidade social única.

Pode se concluir como nos afirma Peter Gay, que os consumidores do Iluminismo estavam distribuídos de ponta a ponta na sociedade letrada, de maneira desigual, mas muito ampla, e Robert Darnton, disse: Os leitores do livro provinham dos setores sociais que mais rapidamente se iriam desintegrar em 1789, provinham dos parlamentos e da burocracia Bourbon e do exército e igreja. Mais informal, porém de maior importância na formação e difusão da opinião iluminista, eram as galerias de arte da capital.

Mesmo que se estabeleça que o solo do qual brotavam as idéias iluministas era uma mistura de areia e barro, não se depreende necessariamente daí que tais idéias carecessem de todo caráter social. É pelo menos possível que, por razões de moda e/ou estupidez, os nobres esposassem idéias hostis a seus interesses. Enfrentamos aqui dois problemas: o de determinar os interesses essenciais da nobreza. Dentre os dois, o primeiro é o de mais fácil solução. Se o Iluminismo francês era uma igreja ampla o bastante para incluir no interior de sua congregação membros tão diferentes, podemos pelo menos chegar a algum tipo de lista de itens de unificação. Parece que os filósofos desejavam uma ordem social e política que seria secular, racional, humana, pacífica, aberta e livre no sentido de liberdade do poder arbitrário, liberdade de expressão, de comércio, de realizar os próprios talentos, de fruição estética e em uma palavra, liberdade do homem moral de seguir seu próprio caminho no mundo.

Nesta lista distingue-se, pela sua ausência, o conceito de igualdade, pois os filósofos não eram igualitários mais meritocratas. Eram hostis aos privilégios sancionados apenas pelo nascimento, se mostravam excessivamente compassivos com as suscetibilidades aristocráticas.

Pergunta-se o Iluminismo era hostil aos interesses da nobreza, a resposta deve ser condicionada à natureza do nobre em questão. É também difícil encarar o Iluminismo como inequivocamente hostil ao Antigo Regime como um todo. As características fundamentais deste último podem ser resumidas como absolutista, católico, privilegiado, hierárquico, particularista (no sentido de que as lealdades que ultrapassam o âmbito da comunidade local eram antes sentidas em relação a uma província ou ao rei do que em relação a uma abstração como a nação) e agrário. O catolicismo, enquanto ideologia, era rejeitado por seu irracionalismo, a Igreja Católica, enquanto instituição, era rejeitada por sua riqueza, poder, corrupção e intolerância.

Entretanto, em outros departamentos a hostilidade se voltava menos para a essência do Antigo Regime do que para os seus abusos. A única teoria econômica coerente desenvolvida pelo Iluminismo francês era positivamente favorável à agricultura e à terra, considerada como a única fonte verdadeira de riqueza. Suas teorias políticas variavam da esquerda para a direita, do constitucionalismo aristocrático de Montesquieu à democracia plebéia de Rousseau: todos eles concordavam sobre a decência – eram contra ela. Mas suas concepções e ideais políticos abrangiam um amplo espectro de possibilidades. Não houve nenhum programa claro de transformação política hostil ao sistema político vigente na França.

Em termos sociais, o caso dos filósofos do século XVIII é de assimilação e integração, e não de alienação. O Iluminismo francês foi um movimento das elites letradas para as elites letradas. Com exceção a Rousseau, seus representantes mais influentes não acreditavam que o esclarecimento das massas fosse possível ou desejável. A educação popular deveria se limitar ao mínimo e a uma medida de instrução física, ocupacional e moral, pois o seu objetivo primário era promover a utilidade econômica e a estabilidade social, nada mais.

Porém isso começa a se tornar uma ameaça a esses filósofos uma vez que crescia maciçamente o número de alfabetizados e já se tinham notícias de que circulava entre seus pares uma versão vulgar dos Espíritos das leis de Montesquieu ou do Dicionário da Filosofia de Voltaire. Através de panfletos mascateados por camelôs nas cidades e falcoeiros nos campos, escritos pelos proletariados letrados em constante crescimento e careciam de habilidades ou da sorte necessária para ingressarem nos portais de mármore do alto esclarecimento e se ressentiam amargamente por isto o Iluminismo foi sendo apresentado para a sociedade iletrada. Dirigiam seus talentos para escorraçar aquilo a que não podiam juntar-se.

Dos tratados requintados do alto Iluminismo às efusões escabrosas da imprensa sórdida, há de fato um longo caminho, mas mesmo em seu próprio mundo elitista os filósofos podem ter sido mais radicais do que pretendiam. Isto se devia menos aos seus próprios esforços que à incapacidade da monarquia de aparar o golpe de sua crítica através de uma prudente adaptação.

O maior problema deste período foi à censura, que crescia vertiginosamente e tornava a vida difícil e até perigosa para qualquer autor que se perdesse para além dos limites estreitos da ideologia ortodoxa. Por outro lado, a tentativa de repressão era desgraçadamente ineficiente, sabotada por dentro. Dessa forma, por mais que os

filósofos fossem assimilados á alta sociedade, permaneciam necessariamente alienados do governo.

Como os filósofos não endossavam a cristandade e muito menos o direito divino dos reis, não é de admirar que achassem difícil se identificar com um regime com tais fundamentos ideológicos. As concepções políticas dos filósofos não eram nem coesas nem, revolucionárias, porém compartilhavam de um objeto de aversão comum: o despotismo. Referiam-se com isto a uma forma degradada de autoritarismo.

Com o velho foco de autoridade se anulando por si mesmo, a opinião política progressista buscava uma alternativa. Esta foi encontrada em conceitos abstratos diversamente conhecidos como sociedade, o Estado, a pátria e/ou nação. Embora tenha sido apenas depois de 1789 que o último desses conceitos alcançou a supremacia e embora houvesse uma grande dose de discussão entre os filósofos sobre sua interpretação, essencialmente eles queriam dizer a mesma coisa. Era um conceito que gradativamente se divorciava da monarquia.

A história política da França do século XVIII é, em grande medida, a história dessa bifurcação. Durante a primeira metade do século, a questão principal era religiosa. Aliando-se ao papado e engajando a monarquia na investida contra o jansenismo, Luiz XY e seus sucessores ofereceram aos parlamentos a oportunidade inestimável de desempenhar o papel de defesa das liberdades contra a interferência estrangeira.

A questão religiosa se dissolveu nos anos 1760, principalmente após o triunfo dos parlamentos em garantir a expulsão dos jesuítas da França em 1764. Em 1756, Luiz XV e seus ministros inverteram o sistema tradicional de política externa por meio de uma aliança com a Áustria, isso era a “revolução diplomática”, que custou muito ao rei, uma vez que houve uma grande baixa nas guerras empreendidas por Luiz XY após este tratado e parte de seu império ultramarino foi altamente humilhado pelos prussianos.

O que tornava os franceses muito mais hostis ao se regime era o fato de que eram obrigados a se considerarem como uma espécie de oposição perpétua, com a tendência para o criticismo generalizado e abstrato que o papel usualmente implica. Em suma, foi a incapacidade de adaptação do Antigo Regime que fez do Iluminismo francês uma força desestabilizadora. Isto se tornou claro na reação da *élite des lumières* à crise que se iniciara em 1786.

Conclusão:

Ao analisarmos a obra de Furet *Pensando a Revolução Francesa* podemos verificar que há outros estudos e outras linhas historiográficas que dão mais atenção ao papel do Iluminismo durante todo o processo revolucionário. Assim como no livro *Aristocracia versus Burguesia* as idéias iluministas não são colocadas apenas como uma das causas da Revolução, até porque estes trabalhos não reduzem a Revolução a um esquema de causas e conseqüências, e sim como uma figura atuante em todo o processo revolucionário, presente em todas as esferas sociais desde a revolta aristocrática da nobreza a ideologia democrática dos jacobinos.

Capítulo III

O Iluminismo e a Arte

Este capítulo procura apresentar um modo de se trabalhar a ideologia Iluminista através das artes do século XVIII e XIX. Não há pretensão de se estudar todas as obras artísticas deste período, apenas mostrar que é possível utilizar a arte desta era como instrumento de trabalho didático para 1º e 2º grau.

O instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno é naturalmente a ideologia, a justificação racional da organização do poder. Podemos observar como que a ideologia iluminista se insere na sociedade de tal forma que muda completamente, ainda que de forma gradativa, a consciência nacional. Para que isto ocorresse foi necessário que todas as áreas ou pelo menos as principais áreas incorporassem e difundissem o ideário das luzes. “Mirabeau disse-o com clareza: não basta mostrar a verdade, é necessário fazer com que o povo a ame, é necessário apoderar-se da imaginação do povo”.⁶⁶

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político (ou seja, como já referido anteriormente, foi necessário primeiro, uma mudança de mentalidade para depois ocorrer a Revolução). Pois, é através do imaginário que as sociedades definem suas identidades, seus inimigos, e organizam seu passado, presente e futuro.

A aceitação e eficácia de um símbolo esta relacionada diretamente com o imaginário popular. Por isto faz-se necessário neste momento uma pequena definição de como se efetua a ligação entre símbolo e sociedade:

Um símbolo estabelece uma relação de significado entre dois objetos, duas idéias, ou entre objetos e idéias, ou entre duas imagens. Embora o estabelecimento desta relação possa partir de um ato de vontade, sua aceitação, sua eficácia política, vai depender da existência da2quilo que BaczKo chamou de comunidade de imaginação, ou comunidade de sentido. Inexistindo esse terreno comum, que terá suas raízes seja no imaginário preexistente, seja em aspirações coletivas em busca de um novo imaginário, a relação de significado não se estabelece e o símbolo cai no vazio ou se não no ridículo.⁶⁷

⁶⁶ CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p.11.

⁶⁷ Ibid., p. 13.

O imaginário social é constituído pelas crenças objetivas e idealizações de um povo, mas também por símbolos, alegorias e mitos. “Símbolos e mitos podem tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos”⁶⁸, podem até modelar condutas.

A vasta produção simbólica da Revolução é por demais conhecida. Ela passa pela bandeira tricolor e pela Marselhesa, tão carregadas de emoção; pelo barrete frígio, símbolo da liberdade; pela imagem feminina e pela árvore da liberdade; pelo tratamento por cidadão, de enorme força igualitária; pelo calendário revolucionário iniciado em 1792, esforço de marcar o início de uma nova era; pelas grandes festas cívicas como as da Federação em 1790 e do Ser Supremo em 1794, grandes ocasiões de comunhão cívica. Poder-se-iam acrescentar ainda vários símbolos e alegorias menores, como a balança, o nível, o feixe, o leme, a lança, o galo gaulês, o leão etc. Com maior ou menor aceitação, esses símbolos foram exaustivamente utilizados não tendo sido menos hostilizados pelos inimigos da Revolução. Uma verdadeira batalha de símbolos, em busca da conquista do imaginário social, travou-se ao longo de quase um século de história, ao sabor das ondas revolucionárias de 1789, 1830 e 1871 e das reações monárquicas e conservadoras⁶⁹.

A manipulação ou transformação do imaginário social é essencial em transições políticas e sociais, em momentos que se faz necessário à redefinição de identidades e direitos coletivos como foi no caso da França do século XVIII e do século XIX. Durante este período revolucionário a educação pública passou a significar para os militantes, acima de tudo formar as almas “Em 1792, a seção de propaganda do Ministério do interior tinha exatamente este nome: Bureau de l’Esprit”⁷⁰.

A arte se engajou nesta tarefa de educação cívica. Exemplo disto é a trajetória do pintor revolucionário Jacques Louis David “O pintor da Revolução como ficou conhecido, foi um dos primeiros a perceber a importância do uso dos símbolos na construção de um novo conjunto de valores sociais e políticos”⁷¹.

Vamos trabalhar com alguns quadros que se tornaram símbolo deste período, procurando mostrar aos alunos de 1º e 2º graus como o ideário iluminista esteve presente na arte e fez dela um forte meio de propagação de suas idéias. Esta pequena relação de quadros começa com a *Tribuna da Galleria degli Uffizi* de Joham Zoffany.

⁶⁸ CARVALHO, J.M., 1990, p. 10.

⁶⁹ Ibid., p. 11

⁷⁰ Ibidem. p. 11

⁷¹ Idem., p. 11.



FIGURA 1- Johann Zoffany, *A Tribuna da Galeria Degli Uffizi*, 1772-1780, óleo sobre tela, 1,23x1,54m. Royal Collection, Windsor. Disponível em: < <http://www.wga.hu/frames-e.html?/html/z/zoffany/tribuna.html> >

Este quadro encomendado a Zoffany pela rainha Carlota da Grã Bretanha que queria uma apresentação das mais belas obras existentes na Uffizi. O quadro condensa vários elementos que ajudem a compreensão da arte e da sociedade setecentista. O pintor juntou as peças mais reverenciadas e de uma admirada coleção. A *Vênus de Urbino* de Ticiano ocupa uma posição de destaque já ressaltando a figura feminina ainda que não seja com os mesmos significados que esta figura ocupará nos próximos anos. *São João Batista* obra clássica de Rafael está pendurado ao fundo. O busto de *Júlio César* está em primeiro plano, à esquerda. Outras obras de pintores como os Carracci, Pietro da Cortona e Rubens aparecem pendurados na parede ao fundo. Em meio a estas obras estão os “homens cujas mentes férteis e receptivas caracterizam a amplitude de interesses e as atitudes liberais da cultura do século XVIII”. “Foram estes

homens da grande arte do passado que iniciaram o esclarecimento e teve como consequência às inovações artísticas do século XVIII. Este quando pode ser visto como uma demonstração de uma elite iluminada que estava se formando”⁷²

A arte admirada pelos reis, no entanto era outra, o rococó criado na França em 1723, valorizava principalmente a decoração, da qual a curva e as formas sinuosas eram as bases. Toda a produção do período transmitia o pensamento do movimento, a busca da leveza graciosa, energia, e a falta de preocupação com a profundidade dos temas e dos ideais.

Um dos grandes expoentes deste estilo é o Balanço de Jean Honoré Fragonard. Ao contrário da análise feita no livro didático citado no primeiro capítulo, a Nova História Crítica de Mario Schimidt, que vê o rococó como uma arte iluminista este quadro representa os hábitos de vida da nobreza.

O tratamento altamente elaborado da tinta expressa a natureza proibida do tema: um fidalgo espreita sob as saias de uma donzela, que o movimento do balanço soergue e ondula. A superfície quase literalmente vibra com a sugestão de prazer ilícito. A presença do clérigo impulsionando o balanço só reforça essa atmosfera voyeurística. É uma obra surpreendentemente franca, sobretudo quando se recorda que a jovem provavelmente nada vestia sob a saia.⁷³

⁷²JONES, Stephen. **Introdução à História da Arte da Universidade de Cambridge. A Arte do século XVIII.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 7.

⁷³ Ibid., p. 20.



FIGURA 2- Jean Honoré Fragonard, *O Balanço*, 1768, óleo sobre tela, 82x65cm, Tehe Wallace Collection, Londres. Disponível em: http://www.artcyclopedia.com/artists/detail/Detail_fragonard_jean-honore.html >

Embora o rococó tivesse estas características seria muito simples descreve-la como a resposta despreocupada e emocional ao mundo material e considerar a arte neoclássica como reação do intelecto contra o instinto.

Os artistas rococós certamente seduziram seus clientes, como vimos, criando um mundo idealizado. Esse mundo tinha pontos em comum com a existência de seus ociosos clientes, mas ampliou seus horizontes limitados. O artista podia escolher entre os fidalgos e damas da fête champêtre e os deuses e deusas do Olimpo, de Cítera ou da Arcádia. O apelo, nesse caso, é evidentemente dirigido ao coração, mas se apóia no encanto de uma noção intelectual: a de que o mundo da corte francesa é o da corte de Zeus.⁷⁴

Esta volta a antiguidade talvez seja o único traço comum com a arte do período revolucionário, ou seja, com o neoclassicismo, ainda que por interesses ambíguos. Muitos artistas do classicismo tinham aprendido com os pintores da escola de Watteau

⁷⁴ Ibidem., p. 31.

que temas extraídos do mundo clássico ainda podiam ser usados para expressar idéias, porém, estas idéias eram as idéias da revolução e o novo mundo era o mundo criado por ela e seus ideais.

O neoclassicismo surgiu como um resgate à antigüidade clássica, uma tentativa de moralizar a produção através da ordem, da solenidade e do racionalismo. As curvas deram lugar às linhas retas, simétricas e altamente organizadas. Ao invés do exagero do estilo anterior, as composições simples, os desenhos exatos inspirados em Roma e na Grécia antigas. As escavações das cidades de Herculano e Pompeii (preservadas graças à larva do vulcão) região da nobreza romana, rica em detalhes que caracterizavam uma época. e as pinturas, as esculturas e as jóias trazidas destes locais, foram minas de riqueza que motivaram um interesse na arte Greco-Romana, característica do estilo.

Dentro dos trabalhos recuperados, os povos viram uma perfeição física e uma saúde moral que se tornou um tema dominante. As percepções novas da sociedade baseadas na comunidade de Ateniense e na república Roma estavam começando a dar forma, e mais tarde estes temas transformaram-se símbolos da liberdade e da democracia (a base de Romantismo).

Motivada ideologicamente, orientada por um programa e sustentada por condições históricas favoráveis, a obra de arte assume a dimensão de projeto - a partir do século XVIII em diante, o classicismo será postulado não como consciência, mas como recurso de construção da realidade.

Jacques Louis David foi um dos pintores classicista mais importante. Foi considerado pelos revolucionários como o propagandista da revolução porque sua obra mostrava uma intrínseca ligação entre a arte clássica e os valores morais que ajustavam perfeitamente para expressar a teoria política por eles defendida. O pintor envolveu-se profundamente no esforço de redefinir a política cultural e produzir símbolos para o novo regime, foi ele quem desenhou a bandeira tricolor. Dizia que o objetivo final das artes “não era apenas encantar os olhos, mas, sobretudo contribuir poderosamente para a educação pública penetrando nas almas. Isso Porque os traços de heroísmo, virtudes cívicas, oferecidos aos olhos do povo, eletrificam suas almas e fazem surgir as paixões da gloria , da devoção à felicidade de seu país”⁷⁵

No começo da Revolução David ligou-se ao grupo extremista dos Jacobinos de Robespierre. Foi eleito para a Convenção Nacional em 1792, a tempo de votar a

⁷⁵ CARVALHO, J.M., op. Cit., p. 11.

execução de Luís XVI. Em 1793 durante o governo do Terror jacobino e enquanto membro da Comissão parlamentar de Arte, David tornou-se o ditador artístico francês, o «Robespierre do pincel». A Academia foi substituída por uma Comuna das Artes e mais tarde por uma Sociedade Popular e Republicana das Artes. Nesta época, David estava ocupado fundamentalmente com propaganda revolucionária - medalhas comemorativas, levantamento de obeliscos, festivais, funerais para os mártires do novo regime. Dentre suas várias obras vamos destacar o Rapto das Sabinas e a Morte de Marat.



FIGURA 3 – Jacques Louis David, *As Sabinas*, 1798-1799, óleo sobre tela, 3,85x5,22m, Louvre Paris. Disponível em: <<http://www.mezzo-mondo.com/arts/mm/france19/david/DJL003.html>>

As Sabinas descreve um incidente da História de Roma Antiga. O quadro pode ser visto não como o Rapto das Sabinas, mas sim a Intervenção das Sabinas num conflito entre Romanos, seus maridos e filhos, e Sabinos, seus parentes. O quadro representa Hersilia, a Sabina, tentando reconciliar Romulus, o fundador de Roma que dirigiu o rapto, de Tatius, o chefe dos Sabinos, que vinha tentar libertá-las. A cena de reconciliação também foi vista, com aprovação geral, como uma proposta de pacificação da sociedade francesa ao fim de sete anos de luta política revolucionária.

A obra também pode ser interpretada como a tomada da Bastilha, ocasião que marcou a História da França, dando início a Revolução, muitos Historiadores vêem a data como o fim do Antigo Regime. “A intervenção da figura feminina poderia simbolizar a nobre e misericordiosa França tentando refrear os excessos do terror revolucionário. Quando o primeiro Diretório [...] foi formado ocorreu uma orgia de vingança”⁷⁶ que resultou em muitas mortes. David achava que isto era injustificável e destrutivo não só à sociedade anterior, mas também ao igualitarismo. “As sabinas mostra como elas depois de terem sido raptadas e violadas impediram que seus homens de se vingarem de Roma”⁷⁷ Um quadro cheio de virtudes e polemico devido ao fato de que David era amigo de Robspierre e a pintura pode ser visto como um clamor à paz, fim dos abusos cometidos pelo terror.



FIGURA 4- Jacques Louis David, *A Morte de Marat*, 1793, óleo sobre tela, 1,65 x 1,28 m, Bruxelas, Reales Museos de Bellas Artes. Disponível em: http://www.spanisharts.com/history/del_neoclasico_romantico/neoclasico_david.html

O retrato do líder assassinado, Morte de Marat, é sua obra-prima. Marat, amigo íntimo de David, foi um revolucionário radical, que morreu apunhalado por um contra-revolucionário durante o banho. (Antes de Revolução, enquanto se escondia da polícia nos esgotos de Paris, Marat contraíra psoríase e tinha que trabalhar imerso num banho medicinal, usando um caixote como escrivaninha.) Logo após o assassinato, David correu para o cenário do crime, para registrá-lo. A posição do corpo na banheira lembra

⁷⁶ JONES, S., op. cit., p. 75

⁷⁸ Ibid., p. 75

a descida de Jesus Cristo da Cruz, este é mais um detalhe que acentua Marat como um Mártir, que morre em função de seus ideais e pela Revolução. Quando Robespierre foi guilhotinado, levaram David preso. Mas, em vez de perder a cabeça, o flexível pintor tornou-se chefe do programa de arte de Napoleão. Entre 1799 e 1815 registrou as crônicas de seu reinado em obras como Coroação de Napoleão e Josefina (1805-1807). Em 1800 foi nomeado retratista oficial da corte.

Outro estilo nasce no início do século XIX, o romantismo. Alguns autores o colocam como anticlassicismo enquanto outros vêem como uma continuidade. Nas artes plásticas ele não tem uma definição precisa como se pode observar na música ou na literatura. Podemos ressaltar como característica geral seu extremismo, tinha como essência básica não a razão como os classicistas, mais o sentimento e a paixão. Sua expressão era mais subjetiva e menos racional. Representando portando o individual.

A partir de um dado momento alguns artistas passaram a representar com mais espontaneidade, não mais utilizando unicamente elementos mitológicos ou da Antigüidade Clássica, já expressavam então temas de guerra e conflitos psicológicos de sua época. Delacroix foi um de seus expoentes na França. Sua tela da Liberdade guiando o povo constituiu-se como um símbolo de todo o processo revolucionário e do Iluminismo. Depois de exibida a obra sofreu algumas censuras e foi até mesmo adulterada⁷⁸, pois sua composição desde a origem não só lembrava como inspirava a revolta em nome da liberdade.

Por isto a liberdade guiando o povo é o quadro que terá um estudo mais complexo. Pois esta obra representa melhor o objetivo deste capítulo através deste trabalho os alunos poderão ver como que os pensamentos de uma época se produzem em imagem. A liberdade já era representada por uma figura feminina desde o antigo-Regime e durante o processo revolucionário também foi representada de formas diferentes. A liberdade do Antigo Regime.

Trata-se da Liberdade clássica, filosófica, que repousa sobre o domínio de si, sobre a idéia de que o homem só é livre quando domina suas paixões, os movimentos de sua alma. É representada por uma figura feminina, com um cetro na mão direita, significando o império que o homem tem sobre si próprio como senhor de suas paixões. O barrete frígio vem, nos conta Ripa, de um antigo costume dos romanos, que o faziam usar pelos escravos que seriam libertos. Por fim, aos pés da Liberdade se encontra um gato: não há, diz Ripa, animal mais independente e que suporte menos ficar aprisionado.⁷⁹

⁷⁸ CARDOSO, Sérgio. et.al. **Os Sentidos da Paixão**. São Paulo: Cia das Letras, 1987. p. 380

⁷⁹ Ibid., p. 384

Para os romanos a liberdade tinha outra imagem:

[...] os romanos tinham uma outra imagem para essa idéia, mas distinta da visão filosófica que é interior ao espírito e distanciada da ação. Ele a chama de Liberdade adquirida pelo valor: uma liberdade ativa, que se obtém pela conquista. Ela possui uma arma na mão – uma clava -, um boné na outra, e aos pés uma canga quebrada.⁸⁰

Estas eram as principais imagens da liberdade no Antigo Regime. Houve uma tentativa fracassada dos iluministas em reforma-la. Apesar de não terem êxito por causa do vínculo destas figuras com o Antigo Regime, esta tentativa traz alguns elementos interessantes. Houve duas figuras que destaca estes elementos.

A primeira é a liberdade filosófica, aquela descrita pelo Ripa: barrete frígio, cetro na mão direita, Gato aos pés, e, o pré-romantismo ajudando, os pássaros que voam ao longe e o oceano infinito atrás significam a liberdade de partir, de viajar. Ao domínio de si acrescenta-se o mundo sem fronteiras e sem privilégios. Além disso, alguns instrumentos e alguns livros indicam que as artes e as ciências florescem sob a Liberdade.⁸¹

A clave foi substituída pela lança (o pique dos franceses) um instrumento mais leve usado pelas mulheres na macha sobre Versalhes que trouxe a família real para Paris. Houve também modificações na autonomia e no relevo dado a liberdade ativa aquela que é adquirida pelo valor.

Na ponta da lança se encontra o barrete frígio: veremos como essa associação ainda reaparecerá. A Liberdade pisa a canga partida; à volta dela existem personagens que ainda não se libertam e carregam às costas o jugo: é possível vê-los como a figuração dos povos ainda não-libertos pela Revolução. Se assim for, esta imagem alegórica incorpora a dimensão revolucionária: portanto, Liberdade e Revolução se superpõem num processo sincrético. O discurso passa a ser então muito claro: a Liberdade adquirida pelo valor, ativa, não se restringe ao espírito face a si mesmo: ela é coletiva, é a Liberdade dos povos, e pressupõe um esforço originado em si e por si, que não depende de fatores externos às suas forças.⁸²

Esta imagem se assemelha a de Delacroix, porém antes de se igualar ao do quadro ela passa ainda por consideráveis modificações devido ao tempo e aos acontecimentos. Entre as concepções dos reformadores iluministas e Delacroix houve uma prática modificadora de símbolos.

⁸⁰ Ibidem., p. 384.

⁸¹ Idem., p. 384.

⁸² Idem., p. 395.

No Antigo Regime, essas modificações eram, por assim dizer, superficiais: como já lembramos, o discurso alegórico estava restrito a uma elite de cultura relativamente homogênea e o vocabulário virtual correspondia plenamente a idéias que eram tácitas. Agora, trata-se de veicular novas mensagens para um público infinitamente mais diversificado, para quem são necessárias referências eruditas, mas também símbolos atuais, populares ou coletivos.⁸³

A Liberdade representada após a Revolução Francesa é uma imagem vitoriosa que não indica luta. Algumas exceções como a última estrofe da Marselhesa, Hino Nacional Francês cantado por revolucionários de vários continentes até a criação do hino da Internacional no início do século XX. A Marselhesa ecoou por mais de um século, levando consigo as idéias das luzes sobre liberdade, de luta e conquista. Sua última estrofe mostra que tipo de liberdade foi pintada por Delacroix.

“Liberdade! Liberdade querida
 Combate com teus defensores.
 Sob nossas bandeiras, que a vitória
 Acorra a teus acentos viris;
 Que teus inimigos expirantes
 Vejam teu triunfo e nossa glória.”⁸⁴



FIGURA 5- Eugene Delacroix. *A Liberdade guiando o povo*, 1830, 260x325cm, Paris, Museu do Louvre. Disponível: <<http://www.mcs.csuhayward.edu/~malek/Delacroix6.html>>

⁸³ Idem., p. 386.

⁸⁴ Idem., p. 391.

Liberdade que combate junto com seus defensores, misturada com a luta popular inspirada no combate de rua. A obra literária de Auguste Barbier, poeta em 1830, devido à semelhança com a pintura de Delacroix pode ser utilizada para descrever a Liberdade através de seus poemas.

É uma forte mulher, de mamas poderosas
Com voz rouca e duros atrativos;
Que, de pele bronzeada e fogo nos olhos,
Ágil, caminhando a passos largos,
Se compraz com o grito do povo e as brigas sangrentas.
[...]
Que só toma seus amores no populacho;
Que não entrega seu flanco vasto
Senão a quem é forte como ela;
E quer ser lançada
Por braços vermelhos de sangue.⁸⁵

Mário Praz e *A Carne à noite* e o diabo trata dessa imagem de liberdade como mulher fascinante e cruéis que destroem os seres que as amam

A Liberdade continua sendo política, mas possui também um outro modo de ser. Enquanto "dama sem piedade", recusa os freios, as leis; fortemente sexualizada, ela própria é engendradora de desejos violentos e exige o sacrifício de vidas humanas. A Liberdade de Barbier quer brigas sangrentas e braços vermelhos de sangue, a de Delacroix avança sobre uma pirâmide de cadáveres. Poderíamos acrescentar que estamos, desse modo, no oposto das Liberdades clássicas – a do domínio sobre si – porque a Liberdade / *belle dame* diz, no fundo, que só se é livre quando se é inteiramente, radicalmente, submetido às paixões.⁸⁶

Delacroix soube colocar elementos antigos e atuais, eruditos e populares de acordo com a sua época, a liberdade como imagem e como aspiração política. O povo que ansiava por ela e mostrado pelo pintor em suas diferentes profissões devido a seus trajés. "Os garotos são dois, um mais visível, ao lado da Liberdade, outro que, abaixado, faz despontar a cabeça na extremidade esquerda da tela. A tradição heróica dos adolescentes havia sido exaltada durante a Revolução e nas campanhas de Bonaparte."⁸⁷

Os cadáveres esta ente uma prática de representação do povo nas telas que desde 1789 está ligada aos sofrimentos⁸⁸ e à noite. "A dificuldade, no projeto de Delacroix, era associar a idéia/alegoria, que pertence ao mundo do imaginário e do intelecto, à

⁸⁵ CARDOSO, S. op.cit., p. 391.

⁸⁶ Ibid., p. 392.

⁸⁷ Ibidem., p. 394.

⁸⁸ Idem., p.399.

revolta de rua, acontecimento atual. O passado imediato dessas dias representações – a Liberdade ‘vívuda’ desde a Revolução Francesa e o ‘povo’ vítima – fora denso”.

Todavia, embora este quadro tenha sido pintado em 1830, ele conta o pensamento iluminista dentro de suas figuras pessoais de diferentes lugares, profissões por aquilo que tem em comum, o desejo pela liberdade, pela qual estão dispostos a morrerem. “[...] o homem de lenço na cabeça que, caído sobre os destroços da barricada, apóia-se com esforço sobre os cotovelos e ergue os olhos para a Liberdade, como se, agonizante, ele a visse numa última aparição que daria sentido à sua morte.”⁸⁹

Outra imagem a ser ressaltada embora não esteja em tela, é a escultura de Rude gravada em uma dos pilares do Arco do Triunfo.



FIGURA 6 – François Rude, *A Partida dos Voluntários*, Place de l’Etoile, Paris.
Disponível em: <http://www.bc.edu/bc_org/avp/cas/fnart/art/19th/sculpture/rude01.jpg>

A partida dos voluntários como foi chamada originalmente, tem também uma mulher como personagem central, A marsehesa. Esta figura feminina lidera os combatentes para guerra. Assim com em Delacroix esta mulher tem a função de representar a realidade e o símbolo, incorporando as lutas e os ideais da revolução. As

⁸⁹ Idem., p. 401.

mulheres tiveram durante o processo revolucionário um papel de extrema importância e destaque nas batalhas. Algumas se distinguiram por suas ações heróicas e se tornaram os primeiros símbolos femininos vivos da revolução. Claire Lacombe

organizou o Clube das Mulheres Republicanas Revolucionárias. Na verdade tão revolucionárias que o clube não foi aceito pela Convenção dominada por homens[...] Ao fim as sociedades de mulheres foram proibidas e os direitos políticos lhes foram negados , contra as promessas da Declaração dos direitos. Ou talvez não pois se tratava dos direitos do homem e do cidadão⁹⁰

Permanece, porém o fato de que as mulheres estavam presentes nas manifestações políticas. Segundo Hobsbawm, por serem elas as mais diretamente afetadas compunham as multidões que protestavam contra a escassez de alimentos. O uso simbólico da imagem feminina seria uma espécie de compensação para a exclusão delas depois da consolidação do novo sistema político.

Outro símbolo que por sua importância ultrapassou as fronteiras da França e se tornou símbolo universal foi a Marselhesa. Composta em abril de 1792 por Rouget de Lisle como um canto de guerra para o exercito do Reno. Difundiu-se, rapidamente, era cantada em longos percursos, quando os federados partiram para Paris ,cada um levava um exemplar da canção. Por esta razão se consagrou com este nome era a canção dos marselheses. Composição guerreira por excelência, foi levada aos campos de batalha, despertando entusiasmos e animo entre os combatentes. “Um general escreveu ao governo: *enviem-me mil homens ou uma ou uma edição da Marselhesa*”.⁹¹

No livro Formação das Almas o autor afirma que A liberdade de Delacroix conduz o povo à luta cantando a marselhesa e que também é ela que explode da garganta da Vitória na escultura de Rude.

⁹⁰ CARVALHO, J.M., op. cit. p. 123.

⁹¹ Ibid., p. 123.

Conclusão

Em todos estes símbolos podemos ver claramente a evolução, disseminação e interpretação das idéias iluministas. A elite iluminada que se dedicava às artes clássicas e a ciência, composta por nobres e burgueses abastados retratados no quadro da galeria, não imaginavam o que eles estavam incentivando e iniciando. Não podiam supor o que a filosofia das luzes iria fazer com o pensamento deles e da sociedade daquele período.

A Monarquia não se preocupava com as questões políticas e sim em gozar ao máximo seus privilégios, seu ócio como mostra o Balanço, também não cogitava que sua atitude deixaria o poder livre para se tomado pelos filósofos e por aqueles que diziam representar a vontade geral da nação, ou seja, à vontade do povo. Em nome dessa representatividade e por este poder ocorreu várias batalhas. A que marca a queda do Antigo regime é a tomada da Bastilha e embora o quadro das Sabinas de David Ter sido pintado após este episódio fica claro nele o envolvimento social e popular na disputa pelo poder que levaram muitos a morte, e o desejo de chegar a paz para preservar os filhos da revolução.

A Morte de Marat também é efeito desta guerra pelo poder é um retrato de que o terror se voltava contra seus criadores. Embora Marat seja colocado como um Márti sua morte ajuda na queda de Robespierre. Que lutava para manter-se no poder e garantir as conquistas da revolução ainda que fosse reprimindo com sangue ou que tivesse que suprimir os direitos em nome dos quais a revolução lutou. Sobretudo a liberdade.

A liberdade guiando o povo mostra como este conceito que se tornou uma bandeira do Iluminismo estava difundido em toda a sociedade a ponto de seus combatentes morrerem em nome dela. A Marselhesa convida os filhos da pátria para defende-la. Leva o ideário iluminista em seus versos para outros países. Este hino foi um forte instrumento de formação de opinião. Cumprindo a função que Mirabou desejou que os símbolos tivessem quando falou que não bastava mostrar a verdade era necessário fazer com que o povo a amasse.

Um professor que queira fugir da tirania do livro didático e mostrar a seus alunos outras formas de aprendizado trabalhando com símbolos históricos inseridos nos quadros, nas músicas, na literatura e nas esculturas abra os horizontes de seus alunos para outras formas de expressão e de se ver os conteúdos da disciplina. Essa outra visão do mundo é por assim dizer um dos objetivos da educação que o pensamento iluminista

pretendia que cada um tivesse. Para comprovar isto basta se ler o conceito de esclarecimento de Emmanuel Kant.

Além disto o professor pode usar da interdisciplinarietà mantendo diálogos com a educação artística, música, literatura química e filosofia, não esquecendo que foi David quem pintou durante esta época a Morte de Sócrates e o retrato de Lavoisier.

Não é necessário ser um especialista em artes plásticas ou dominar técnicas de pintura e composição para levar o aluno a conhecer e compreender a produção artística e seu significado dentro de um contexto histórico. Ainda mais neste período onde se pode observar claramente a ideologia iluminista transformando toda a sociedade. Isto faz com que o trabalho de levar os alunos à compreensão de como os símbolos foram criados e utilizados na transformação das mentalidades, seja gratificante.

Os símbolos selecionados representam apenas uma pequena amostra cujo objetivo é mostrar a viabilidade de se trabalhar com arte e História. Foram escolhidos por sua constante aparição como ilustrações nos livros didáticos sem que estes tivessem a preocupação de fazer um trabalho sobre sua importância. Há algumas sugestões de trabalhos em um ou outro material pesquisado, apontados no primeiro capítulo.

O professor pode inserir os quadros se optar por trabalhar com artes plásticas enquanto explicam a evolução das idéias iluministas. Ou se preferir explicar a evolução do esclarecimento através dos próprios quadros. Ou ainda apresentar os quadros para os alunos e a partir da interpretação deles explicar o que foi esta ideologia. Esta última hipótese pode ser mais proveitosa por fazer com que haja interação dos alunos, tornando-os participantes efetivos da construção de seu próprio conhecimento.

Como sugestão para aqueles que quiserem trabalhar com música enquanto símbolos no livro Caminhos da Liberdade há algumas referências de outros historiadores que fizeram este trabalho com músicas deste período. No livro a Era das Revoluções de Hobsbawm há um capítulo sobre a arte neste período contendo informações sobre música literatura e artes plásticas de um grande número de países europeus Além da França. Há a possibilidade de se trabalhar com os símbolos da maçonaria uma vez que esta entidade foi uma das responsáveis pela produção e difusão dos ideais iluministas. Para aqueles que queiram trabalhar com cinema há também uma vasta produção.

Enfim é possível para o professor, que quiser, trabalhar outras fontes históricas. Enriquecendo assim suas aulas e dando a oportunidade de seus alunos terem outras visões além daquela que muitas vezes é apresentada como a única pelo profissional que utiliza exclusivamente o livro didático, sem dialogar com outras fontes ou outras linhas

historiograficas. Incorporando novas formas de conhecimento o profissional da educação, na área de história, pode desenvolver melhor alguns dos principais objetivos da matéria, aguçar o senso crítico dos alunos, despertar a curiosidade e o interesse destes pelo passado.

BIBLIOGRAFIA*

ALVES, K. C. P.; BELISÁRIO, R.C.M.G. **História volume III**. 4. ed. Belo Horizonte. Vigília, 1992.184p.

AQUINO, R. S. L.; et al. **História das Sociedades**. 35. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S. A, 1995. 429p.

AQUINO, R. S. L.; LISBOA, R. C. **Fazendo a história**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S. A, 1986. 184p.

ARAÚJO, T. A. **História moderna e contemporânea**. São Paulo: Editora do Brasil, 1985. 143p.

ARRUDA J. J. A.; PILETTI, N. **Toda a história**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995. 408p.

ARRUDA J. J. A. **História Total 4**. São Paulo: Ática, 1998. 312p.

APPEL, M. B. et.al. (orgs.) **Caminhos para a liberdade. A Revolução Francesa e a inconfidência mineira (as letras e as artes)**. Rio Grande do Sul: UFRGS – PUCRS – FAPERFGS, 1992. 273p.

BLANNING, T. C. W. **Aristocratas versus burgueses: A revolução francesa**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1991. 93p.

* A formatação da dissertação foi baseada nas normas técnicas da ABNT descritas por: SILVA, A.M.; PINHEIRO, M.S.F.; FREITAS, N.E. Guia para Normalização de trabalhos técnicos científicos: Projetos de Pesquisa, Monografias, Dissertações e Teses. 2. ed. Uberlândia: Edufu, 2003. 160p.

CARDOSO, S. et.al. **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Cia das Letras, 1987. 508p.

CARMO, S. I. S. **História Geral**. São Paulo: Atual, 1989. 222p.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas. O imaginário da República no Brasil**. 7ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1990. 166p.

COTRIM, G. **História global**. São Paulo: Saraiva, 1997. 192p.

FARIA, R. M.; MARQUES, M. A.; BERUTTI, C. F. **História**. vol 3. Belo Horizonte: Lê, 1993. 460p.

FURET, F. **Pensando a Revolução Francesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 214p.

HOBBSAWM, E. J. **A Era das Revoluções**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 366pg.

_____. **A Revolução Francesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 57pg.

JONES, S. **Introdução à História da Arte da Universidade de Cambridge. A Arte do século XVIII**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. 88p.

MOTA C.G. **História e civilização. O mundo moderno e contemporâneo**. 3 ed. São Paulo, Ática, 1996. 208p.

REZENDE, A. P.; DIDIER, M. T. **Rumos da história**. Vol.3. São Paulo: Atual , 1996. 368p.

SCHMIDT, M. F. **Nova história crítica**. São Paulo: Nova Geração, 1999. 319p.

SILVA, A. M. (et. al.) **Guia para normalização de Trabalhos Técnico– Científicos:** Projetos de Pesquisa, Monografias, Dissertações, Teses. 2. ed. Revisada. Uberlândia, MG: Edufu, 2002.159p.

STAROBINSKI. J. **1789 Os emblemas da razão.** São Paulo: Cia das Letras, 1988. 206p.

ANEXO

LA MARSELLAISE

*Allons enfants de la Patrie
Le jour de gloire est arrivé.
Contre nous de la tyrannie
L'étendard sanglant est levé (bis)
Entendez-vous dans nos campagnes
Mugir ces féroces soldats ?*

*Ils viennent jusque dans nos bras,
Égorger vos fils, vos compagnes.*

Refrain:

*Aux armes citoyens!
Formez vos bataillons!
Marchons, marchons,
qu'un sang impur abreuve nos sillons.*

*Que veut cette horde d'esclaves
De traîtres, de rois conjurés ?
Pour qui ces ignobles entraves
Ces fers dès longtemps préparés ? (bis)
Français, pour nous, ah! quel outrage
Quels transports il doit exciter ?
C'est nous qu'on ose méditer
De rendre à l'antique esclavage !*

Refrain

*Quoi ces cohortes étrangères !
Feraient la loi dans nos foyers !
Quoi ! ces phalanges mercenaires
Terrasseraient nos fils guerriers ! (bis)
Grand Dieu! par des mains enchaînées
Nos fronts sous le joug se ploieraient
De vils despotes deviendraient
Les maîtres des destinées.*

Refrain

*Tremblez, tyrans et vous perfides
 L'opprobre de tous les partis
 Tremblez! vos projets parricides
 Vont enfin recevoir leurs prix ! (bis)
 Tout est soldat pour vous combattre
 S'ils tombent, nos jeunes héros
 La France en produit de nouveaux,
 Contre vous tout prêts à se battre
 Refrain*

*Français, en guerriers magnanimes
 Portez ou retenez vos coups !
 Épargnez ces tristes victimes
 A regret s'armant contre nous (bis)
 Mais ces despotes sanguinaires,
 Mais ces complices de Bouillé
 Tous ces tigres qui, sans pitié
 Déchirent le sein de leur mère !
 Refrain*

("Couplet des enfants")

*Nous entrerons dans la carrière
 Quand nos aînés n'y seront plus,
 Nous y trouverons leur poussière
 Et la trace de leurs vertus (bis)
 Bien moins jaloux de leur survivre
 Que de partager leur cercueil,
 Nous aurons le sublime orgueil
 De les venger ou de les suivre !
 Refrain*

*Amour sacré de la Patrie
 Conduis, soutiens nos bras vengeurs
 Liberté, Liberté chérie
 Combats avec tes défenseurs ! (bis)
 Sous nos drapeaux, que la victoire
 Accoure à tes mâles accents
 Que tes ennemis expirants
 Voient ton triomphe et notre gloire !
 Refrain*

A MARSELHESA

Avante, filhos da Pátria,
 O dia da Glória chegou.
 O estandarte ensangüentado da tirania
 Contra nós se levanta.
 Ouvís nos campos rugirem
 Esses ferozes soldados?
 Vêm eles até nós
 Degolar nossos filhos, nossas mulheres.
 Às armas cidadãos!
 Formai vossos batalhões!
 Marchemos, marchemos!
 Nossa terra do sangue impuro se saciará!

O que deseja essa horda de escravos
 de traidores, de reis conjurados?
 Para quem (são) esses ignóbeis entraves
 Esses grilhões há muito tempo preparados? (bis)
 Franceses! Para vocês, ah! que ultraje!
 Que elas deve ele suscitar!
 Somos nós que se ousa criticar
 sobre voltar à antiga escravidão!

Que! essas multidões estrangeiras
 Fariam a lei em nossos lares!
 Que! as falanges mercenárias
 Arrasariam nossos fiéis guerreiros (bis)
 Grande Deus! por mãos acorrentadas
 Nossas frentes sob o jugo se curvavam
 E déspotas vís tornar-se-iam
 Mestres de nossos destinos!

Estremeçam, tiranos! e vocês pérfidos,
 Injúria de todos os partidos,
 Tremei! seus projetos parricidas
 Vão enfim receber seu preço! (bis)
 Somos todos soldados para combatê-los,
 Se nossos jovens heróis caem,
 A França outros produz
 Contra vocês, totalmente prontos para combatê-los!

Franceses, em guerreiros magnânimes,
 Levem/ carreguem ou suspendam seus tiros!
 Poupem essas tristes vítimas,
 que contra vocês se armam a contragosto. (bis)

Mas esses déspotas sanguinários
Mas esses cúmplices de Bouillé,
Todos esses tigres que, sem piedade,
Rasgam o seio de suas mães!...

Entraremos na batalha
Quando nossos antecessores não mais lá estarão.
Lá encontraremos suas marcas
E o traço de suas virtudes. (bis)
Bem menos ciumentos de suas sepulturas
Teremos o sublime orgulho
De vingá-los ou de seguí-los.

Amor Sagrado pela Pátria
Conduza sustente nossos braços vingativos.
Liberdade, querida liberdade
Combata com teus defensores!
Sob nossas bandeiras, que a vitória
Chegue logo às tuas vozes virís!
Que teus inimigos agonizantes
Vejam teu triunfo e nossa glória.

Disponível em: < http://es.wikipedia.org/wiki/La_Marsellesa >